



**PLANO DE ACÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIAS E OU INCAPACIDADES**

REPUBLICADO PELA RCM Nº 88/2008, DE 29 DE MAIO

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL
2008**

Realizado pelo Grupo Interdepartamental (RCM 120/2006, de
21 de Setembro, revista pela RCM nº 88/2008, de 29 de Maio)

Janeiro 2009

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO	1
1.1.	Nota Introdutória	1
1.2.	Sistema de Monitorização e Avaliação Global	2
1.2.1.	Grupo Interdepartamental de Acompanhamento (GIA) do PAIPDI.....	2
1.2.2.	Monitorização e Avaliação da Execução das Políticas.....	4
2.	CAPÍTULO I – INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA A QUALIDADE DE VIDA	6
2.1.	Eixo nº 1 - “Acessibilidade e Informação “	6
2.1.1.	Estratégia nº 1.1, “Promover o acesso universal ao meio físico, edificado e aos transportes”.....	6
2.1.2.	Estratégia nº 1.2, “Promover o acesso à comunicação e informação”	25
2.1.3.	Estratégia nº 1.3, “Promover mais cultura, mais desporto e melhor lazer”.....	29
2.1.4.	Estratégia nº 1.4, “Promover uma sociedade mais tolerante para a deficiência”.....	39
2.2.	Eixo nº 2 - “Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral”	44
2.2.1.	Estratégia nº 2.1, “Educação para Todos” – dos alunos com necessidades especiais aos/nos estabelecimentos de educação desde o pré-escolar ao ensino superior”	49
2.2.2.	Estratégia nº 2.2, “Qualificação e Emprego – Dotar as pessoas com deficiências e ou incapacidades de conhecimentos e competências necessários à obtenção de uma qualificação profissional que lhes permita alcançar e ou manter um emprego e progredir profissionalmente no mercado de trabalho”	50
2.2.2.1	Linha de Acção nº 2.2.1, “Intervenção em programas que incidem no desenvolvimento pessoal e profissional”	50

2.2.2.2	Linha de Acção nº 2.2.2, “Intervenção em programas que incidem no mercado de trabalho e garantia dos direitos e das condições de trabalho dos trabalhadores com deficiência ou doenças crónicas e dos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida”	56
2.2.3	Estratégia nº 2.3, “Informação e formação profissionais – habilitar os profissionais com as competências específicas que permitam melhorar o atendimento das pessoas com deficiências e ou incapacidades”	60

2.3. Eixo nº 3 - “Habilitar e assegurar condições de vida dignas” 63

2.3.1.	Estratégia nº 3.1, “Protecção e solidariedade social”	63
2.3.1.1	Linha de Acção nº 3.1.1, “Desenvolver Medidas e Acções Específicas que Favoreçam a Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade e Suas Famílias no Acesso aos Direitos, Recursos, aos Bens e aos Serviços”	63
2.3.1.2	Linha de Acção nº 3.1.2, “Reformulação e modernização do modelo de protecção social para a deficiências e ou incapacidade tendo em vista uma melhor racionalização na gestão e eficácia do sistema”	68
2.3.1.3	Linha de Acção nº 3.1.3, “Reforço da qualidade e capacidade da rede de equipamentos sociais para pessoas com deficiência, priorizando modalidades de apoio que promovam a sua permanência em meio natural de vida”	71
2.3.1.4	Linha de Acção nº 3.1.4, “Promover, como complemento do sistema de protecção social, a conciliação de medidas de diferenciação positiva no âmbito das políticas da administração pública	75
2.3.2.	Estratégia nº 3.2, “Imprimir melhor qualidade e mais inovação no sistema de reabilitação”	78

3. CAPÍTULO II - CONDIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO 79

3.1.	Linha de Acção nº 2.1, “Promover uma mudança qualitativa no actual sistema de informação e investigação sobre deficiência e suas problemáticas sociais”	79
3.2.	Linha de Acção nº 2.2, “Intercâmbio de experiências e estreitamento de relações de cooperação entre Portugal e as organizações comunitárias, europeias e internacionais”	84

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Estado de execução das medidas do PAIPDI até final de 2008	4
Quadro 2	Nível de execução das medidas 2007/2008	5
Quadro 3	Encargos Financeiros GUIA ACESSIBILIDADE	8
Quadro 4	Evolução do Movimento anual de Utilizadores 2004-2008	16
Quadro 5	Evolução das Despesas dos Acordos Pagas/Ano	16
Quadro 6	Açções de formação Municípios	24
Quadro 7	E.gov acessível – aplicação da RCM 155/2007, 2 de Outubro	26
Quadro 8	Tempo de Língua Gestual na TV pública	28
Quadro 9	Áudio-descrição	29
Quadro 10	Emissões televisivas c/ legendagem automática	29
Quadro 11	Encargos Financeiros Jogos Paralimpicos PEQUIM	32
Quadro 12	Evolução do número de Praias Acessíveis em Portugal	34
Quadro 13	Encargos Financeiros – Projecto “Praia Acessível – Praia para Todos”	34
Quadro 14	Restaurantes típicos e de luxo com acessibilidade	35
Quadro 15	Inventário de recursos turísticos com acessibilidade	35
Quadro 16	Encargos Financeiros Eventos Culturais 2006/2007	38
Quadro 17	Encargos Financeiros Programa Escola Alerta	40
Quadro 18	Evolução do programa Escola Alerta	41
Quadro 19	Audiências e share do Programa “Consigno” 2007/2008	43
Quadro 20	Evolução das unidades especializadas	46
Quadro 21	Centros de Recursos TIC para a Educação Especial	47
Quadro 22	Evolução do nº de pessoas abrangidas em açções de Informação, Avaliação e Orientação Profissional	51
Quadro 23	Evolução do nº de pessoas que frequentaram cursos e açções de formação inicial ou contínua destinadas população em geral	52
Quadro 24	CNO inclusivos (DEZ.08)	55
Quadro 25	Evolução do n.º de pessoas abrangidas em açções de apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação	60
Quadro 26	PAIPDI / TÉCNICOS DE REFERÊNCIA	63
Quadro 27	Evolução do número de SIM-PD criados nas Autarquias	66
Quadro 28	Sistema Supletivo de Ajudas Técnicas - Verbas Disponibilizadas	70
Quadro 29	Novos lugares relativos aos projectos PARES I e PARES II e outros em execução	75

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA nº 1	Rede de Escolas de Referência para o ensino Bilingue de Alunos Surdos	49
MAPA nº 2	Distribuição nacional de SIM-PD	66

ACRÓNIMOS E SIGLAS

ACAPO	Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
AEIOT	Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos
AFID	Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa, I. P.
ANDST	Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho
ÂNIMAS	Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social
ANQ	Agencia Nacional para a Qualificação, I.P.
AP	Administração Pública
APPLA	Associação Portuguesa de Planeadores do Território
APS	Associação Portuguesa de Surdos
CAHPAH	Fórum de Coordenação para a Deficiência
CAO	Centros de Actividades Ocupacionais
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte
CDSS	Centro Distrital de Segurança Social
CEFA	Centro de Estudos e Formação Autárquica
CEFPI	Centro de Educação e Formação Profissional Integrada
CEGER	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CERCICA	Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Cascais
CFP	Centro de Física do Porto
CGRIG	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
CIDEF	Centro de Inovação para Deficientes
CIDM	Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
CIF / OMS	Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CISV	Associação das Aldeias Internacionais de Crianças
CM	Câmara Municipal

CNO	Centro Novas Oportunidades
CP	Caminhos-de-ferro Portugueses
CPUC	Clube Português de Utilizadores de Cães-Guia
CRE	Centros de Recurso Especializados
CRID	Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes
CRP	Centro de Reabilitação Profissional
CRPG	Centro de Reabilitação Profissional de Gaia
CTE	Centro de Tecnologia de Edificações
D.G. ARTES	Direcção Geral das Artes
DEM	Departamento de Engenharia Mecânica
DG Autarquias Locais	Direcção-Geral das Autarquias Locais
DG Tesouro	Direcção Geral do Tesouro
DGAIEC	Direcção-Geral das Alfandegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGAJ	Direcção-Geral da Administração da Justiça
DGERT	Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direcção-Geral do Ensino Superior
DGFV	Direcção-Geral de Formação Vocacional
DGIDC	Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano
DGS	Direcção-Geral da Saúde
DGSS	Direcção-Geral da Segurança Social
DGT	Direcção-Geral do Tesouro
DGTT	Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais
DGV	Direcção-Geral de Viação
DL	Decreto-Lei
DRE	Direcção Regional de Educação
DREA	Direcção Regional de Educação do Alentejo
DREALG	Direcção Regional de Educação do Algarve
DREC	Direcção Regional de Educação do Centro
DRELV	Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte

EDeAN	European Design for All e-Accessibility Network
ERC	Entidade Reguladora para Comunicação Social
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FENACERCI	Federação Nacional das Cooperativas da Solidariedade Social
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FORMEM	Federação Portuguesa de Centro de Formação Profissional
FPAS	Federação Portuguesa das Associações de Surdos
FPDD	Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes
FSE	Fundo Social Europeu
Gab	Gabinete
Gab. Sec. Est.	Gabinete da Secretária de Estado
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GI	Grupo Interdepartamental
GID	Gabinete de Investigação e Desenvolvimento
GMCS	Gabinete para os Meios de Comunicação Social
GOP	Grandes Opções do Plano
GT	Grupo de Trabalho
GTEDR/ CSE – INE	Grupo de Trabalho para as Estatísticas da Deficiência e da Reabilitação do CSE-INE
IA	Imposto Automóvel
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IDP, I. P.	Instituto do Desporto de Portugal
IEFP, I.P.	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU, I.P.	Instituto da habitação e da Reabilitação Urbana
IMTT, I.P.	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestre
INAG	Instituto da Água
INATEL	Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INR, I. P.	Instituto Nacional para a Reabilitação
IP	Instituto Público
IPJ, I.P.	Instituto Português da Juventude
IRT	Inventário dos Recursos Turísticos

ISP	Instituto de Seguros de Portugal
ISS, I.P.	Instituto da Segurança Social
LGP	Língua Gestual Portuguesa
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LPDM/ CRS	Liga Portuguesa de Deficientes Motores / Centro de Recursos Sociais
LR	Lares Residenciais
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas
MAI	Ministério da Administração Interna
MAOTDR	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MAP	Ministério da Administração Pública
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Educação
MEI	Ministério da Economia e da Inovação
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MP	Ministério Público
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NEE	Núcleo de Estudos Estratégicos
OE	Orçamento de Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONGPD	Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência
OSS	Orçamento da Segurança Social
PAIPDI	Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PCM	Presidência do Concelho de Ministros
PNAI	Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNE	Plano Nacional de Emprego

PNPA	Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade
PNSI	Programa Nacional para a Sociedade de Informação
POAT	Programa Operacional de Assistência Técnica
POAT / FSE	Programa Operacional de Assistência Técnica / Fundo Social Europeu
POSC	Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento
PNACE	Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego
PT	Portugal Telecom
PWC	PriceWatersandCoopers
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
R.A	Região Autónoma
RCM	Resolução de Concelho de Ministros
REAPN	Rede Europeia Anti-Pobreza
RIICOTEC	Rede Intergovernamental Ibero-americana de Cooperação Técnica
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SEAI	Secretário de Estado da Administração Interna
SEAR	Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação
SET	Secretária de Estado dos Transportes
SG-PCM	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros
SIG	Special Interest Groups
SIM	Serviço Integrado de Mobilidade
SIM-PD	Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência
SNR	Secretariado Nacional para a Reabilitação
SNRIPD	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
SS	Segurança Social
STCP	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto
TER	Empreendimentos Turísticos e Hotéis Rurais
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TP, I.P.	Turismo de Portugal
TT / SL	Transtejo / Soflusa

UIC	Unidade de Investigação Científica
UMIC	Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.
W3C	World Wide Web Consortium

1. ENQUADRAMENTO

1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2008, de 29 de Maio, aprovou a primeira revisão do I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência e ou Incapacidades.

Esta revisão, dando acolhimento às recomendações e conclusões do 1º relatório de avaliação anual apresentado pelo GIA no primeiro trimestre em 2008, traduziu-se globalmente por uma simplificação aos níveis da forma e do conteúdo.

Não tendo sofrido alterações na sua estrutura, o PAIPDI foi, contudo, objecto de uma reorganização sistemática através da redução do número de medidas de 111 para 99 e da numeração linear destas de 1 a 99, independentemente da sua subordinação aos respectivos eixos e estratégias. Procedeu-se igualmente à actualização terminológica dos conceitos utilizados face à nova abordagem da deficiência que respeita a diversidade e valoriza a pessoa enquanto cidadão de pleno direito.

Na elaboração do presente relatório, e em sintonia com o passo de simplificação dado pela revisão do PAIPDI, esteve sempre patente a preocupação de simplificar os procedimentos de recolha da informação e de agilizar o circuito de obtenção da mesma.

Desde logo, pela opção de solicitar a informação apenas às entidades directamente responsáveis pela execução das medidas. Tal preocupação reflecte-se, igualmente, na criação do instrumento de recolha utilizado, através da qual se visou obter um modelo linear e objectivo que garantisse uma informação acessível e isenta e que induzisse a uma resposta directa de quem fornece a informação.

Optou-se por abdicar dos textos introdutórios de eixos e estratégias, não apenas porque estes já foram amplamente desenvolvidos no relatório anterior, pelo que a sua reedição, ainda que com algumas alterações de forma, redundaria certamente em repetição de conteúdos, mas também porque a nova formulação do PAIPDI já incorpora pequenos desenvolvimentos, designadamente nos títulos das estratégias, os quais, não substituindo os referidos textos, sintetizam e antecipam os objectivos visados pelas medidas que aquelas integram.

Finalmente, salienta-se a introdução de um instrumento fundamental para a avaliação das medidas que integram o PAIDI, nomeadamente a definição de indicadores que constituem uma mais valia no processo de avaliação da execução das medidas estabelecidas.

1.2. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO GLOBAL

1.2.1. Grupo Interdepartamental de Acompanhamento (GIA) do PAIPDI

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros nº 120/2006, de 21 de Setembro, revista pela RCM nº 88/2008 de 29 de Maio, a monitorização da implementação do PAIPDI é assegurada pelo **Grupo Interdepartamental de Acompanhamento (GIA)** do PAIPDI, constituído em Janeiro de 2007 e composto por representantes designados pelos diversos ministérios intervenientes.

Este Grupo é coordenado pela Directora do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., e a sua composição actual é a seguinte:

MINISTÉRIOS / GABINETES	REPRESENTANTES	INSTITUIÇÃO
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna	Maria João Figueiroa	MAI / SEAI
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local	Nuno Marques Pereira	PCM / CEFA
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Concelho de Ministros	Paula Alves	PCM / CIG
Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto	Susana Ramos	PCM / IPJ, I.P.
Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto	Augusto Baganha e João Oliveira	PCM / IDP, I.P.
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Justiça	Cristina Mendes	MJ / DGAJ
Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades	Vasco Folha	MAOTDR / IHRU, I.P.

(cont.)	MINISTÉRIOS / GABINETES	REPRESENTANTES	INSTITUIÇÃO
	Gabinete do Secretário de Estado do Turismo	Paulo Revés e Manuela Branco	MEI / TP, I.P.
	Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes	Joana Escobar de Lima	MOPTC / SET
	Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	Ana Maria Gomes	MTSS / ISS, I.P.
	Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional	Leonardo da Conceição	MTSS / IEFP, I.P.
	Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação	Ana Salvado	MTSS / SEAR
	Gabinete da Secretária de Estado Adjunta da Saúde	Maria João Quintela	MS / DGS
	Ministério da Educação	Filomena Pereira	ME / DGIDC
	Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Cristina Jacinto	MCTES / DGES
	Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	Ana Marim	MC / D.G. ARTES
	Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares	Agostinho Pissarreira	MAP / GMCS

Relativamente a 2007, o GIA apresenta algumas alterações, que respeitam à substituição de alguns representantes e às novas designações de duas das instituições representadas. Neste último caso encontram-se a **Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)** – ex-Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), e o **Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS)**, que sucede ao Instituto da Comunicação Social (ICS).

O GIA reuniu em 14 de Outubro de 2008, nas instalações do INR, I.P., com o objectivo de delinear as estratégias necessárias para a elaboração do relatório anual de progresso, tendo ficado estabelecido que o INR, I. P. enviaria às instituições um instrumento de recolha de informação relativo às medidas a cuja execução cada uma daquelas se encontra obrigada, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2008, de 29 de Maio, que aprovou a primeira revisão do I PAIPDI.

É com base na informação assim recolhida que se elabora o presente relatório.

1.2.2. Monitorização e Avaliação da Execução das Políticas

Pela análise do quadro seguinte, que configura o estado de execução das medidas do PAIPDI até ao final do ano de 2008, verifica-se que, de um **total de 99 medidas**, 41 estão concluídas, 38 em desenvolvimento e 20 a executar até 2009. Em percentagem estes valores representam, respectivamente, **42%, 38% e 20% do total de medidas**.

Quadro nº 1
Estado de execução das medidas do PAIPDI até final de 2008

		ESTRATÉGIAS	MEDIDAS CONCLUÍDAS	MEDIDAS EM EXECUÇÃO	MEDIDAS POR EXECUTAR OU SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
			●	◐	○	
CAPÍTULO I	Eixo nº 1 Acessibilidade e Informação	Acessibilidade	7	3	1	11
		Comunicação	2	2	1	5
		Cultura, Desporto e Lazer	4	1	1	6
		Sensibilização e Informação	6	4	4	14
		Sub Total	19	10	7	36
Intervenção e estratégias para a qualidade de vida	EIXO nº 2 Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral	Educação	5	1	2	8
		Qualificação e Emprego	2	6	3	11
		Informação e Formação de Profissionais		5		5
		Sub Total	7	12	5	24
	EIXO III Habilitar e Assegurar Condições de Vida Dignas	Protecção e Solidariedade Social / Prevenção, Reabilitação e Habitação	11	4	4	19
		Qualidade e Inovação nos Serviços e Organizações	2	2	1	5
		Sub Total	13	6	5	24
CAPÍTULO II	Condições para a Intervenção e execução do Plano	Investigação e Desenvolvimento	2	5	3	10
		Troca de experiências e Cooperação c/ organizações comunitárias e internacionais	1	4		5
		Sub Total	3	9	3	15
		TOTAL	42	37	20	99

Comparando os anos de 2007 e 2008, no que respeita ao nível de execução das medidas, constatamos que as diferenças mais significativas se referem às medidas concluídas (22,5% em

2007; 42,4% em 2008) e às medidas por executar (42,5% em 2007; 20,2% em 2008), havendo um ligeiro aumento nas medidas em execução em 2008 (37,4% contra 35% em 2007). Estes resultados podem ser melhor observados no quadro seguinte:

Quadro nº 2
Nível de execução das medidas 2007/2008 *

	Concluídas		Em execução		Por executar	
	Nº de medidas	%	Nº de medidas	%	Nº de medidas	%
2007	25	22,5%	39	35%	47	42,5%
2008	42	42,4%	37	37,4%	20	20,2%

* Total de medidas em 2007: 111; total de medidas em 2008: 99.

Como factores condicionantes do nível de execução das medidas foram assinalados pelas entidades alguns constrangimentos/dificuldades que, apesar da sua diversidade e da especificidade própria das medidas a que se reportam, se podem sintetizar do seguinte modo:

- Razões orçamentais;
- Problemas de acessibilidade física de instalações e infra-estruturas;
- Deficiente articulação interdepartamental;
- Atraso na publicação de alguns diplomas.

2. CAPÍTULO I

INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA A QUALIDADE DE VIDA

2.1. EIXO nº 1 - “ACESSIBILIDADE E INFORMAÇÃO”

2.1.1. ESTRATÉGIA nº 1.1. - “Promover o acesso universal ao meio físico, ao edificado e aos transportes”

Medidas de Prevenção

1. **Elaboração de um guia de recomendações para a inclusão das questões do design universal nos currícula das universidades, escolas superiores e técnicas, públicas e privadas.**

Responsáveis: MCTES / DGES

Parcerias: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: Guia de Recomendações.

Medida não implementada.

2. **Elaboração de um guião técnico de divulgação de largo espectro, na área das acessibilidades a edifícios habitacionais em situação de reabilitação urbana.**

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: MAOTDR / IHRU, I.P., APPLA e LNEC

Prazo de Execução: 2007

Indicador: Guião Técnico.

A execução desta Medida iniciou-se em 2006 e teve o seu desenvolvimento, sobretudo, ao longo do 1º semestre de 2007, com a concepção e edição do “**Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos**” pelo INR, I.P.

Por se tratar de um instrumento de divulgação e de apoio facilitador do projecto e da construção para “todos”, este Guia obedeceu a determinados requisitos, nomeadamente: a linguagem acessível, apoiada em grafismos e imagens, o que envolveu um intenso trabalho em parceria para:

- ✓ Conceção dos conteúdos;
- ✓ Conceção e produção gráfica do Guia;
- ✓ Acompanhamento da dinâmica da execução do Guia e articulação com os diferentes organismos;
- ✓ Organização de um evento de lançamento com o objectivo primordial de informar e sensibilizar a população em geral e os técnicos autárquicos em particular, bem como de dar visibilidade aos problemas que a falta de acessibilidade implica para as pessoas com deficiências, incluindo as que têm mobilidade condicionada.

Resultados:

Edição e Impressão de 5000 exemplares do “Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos”.

Concepção e edição de folhetos e cartazes.

Evento de Lançamento do guia no dia 6 de Junho de 2007, na Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara, no Parque das Nações – LISBOA.

Neste evento deu-se particular destaque aos seguintes temas

- ◆ Princípios, ideias de acessibilidade, o conceito do desenho universal,
- ◆ A prática do DL nº 163/2006 – apresentação formal das normas técnicas e fundamentos,
- ◆ Apresentação do Guia das Acessibilidades e suas funcionalidades,
- ◆ Destinatários estratégicos: Técnicos e projectistas que interferem no espaço público e no meio edificado, designadamente autarcas, técnicos autárquicos, projectistas, arquitectos, engenheiros, planeadores e urbanistas e ainda promotores privados e públicos que participam na construção da cidade; Associações, Câmaras Municipais, Centros de Estudo e Formação Centros Distritais de Segurança Social, Centros de Saúde, Cooperativas, Confederações, Comissões Parlamentares, Federações, Fundações, Universidades, Institutos e Escolas Superiores, Ordem dos Arquitectos, Ordem dos Engenheiros e Provedores Municipais dos Cidadãos com Deficiência.

Divulgação do Guia:

- ◆ Nº de exemplares distribuídos no Evento (06/2007)– 189
- ◆ Nº de exemplares já distribuídos pelo Centro de Documentação do INR, I.P. - 931
- ◆ Nº de exemplares distribuídos pelo IHRU, I.P. - 500

O INR, I.P. tem feito, ainda, a divulgação do Guia nos diversos eventos (seminários, conferências, etc) em que participa, salientando-se:

- ◆ Forum da Ordem dos Arquitectos da Região Norte (Junho, 2007)
- ◆ Sextas Jornadas Desportivas da Trofa (Novembro, 2007)
- ◆ Encontro Regional REAPN – Castelo Branco (Novembro, 2007)
- ◆ Seminário Des(igualdades) de Oportunidades na Deficiência – Figueiró dos Vinhos (Dezembro, 2007)

Esta Medida articula-se directamente com o Instrumento **Programa de Formação a Agentes Autárquicos em matéria de acessibilidade e design universal**.

Quadro nº 3
Encargos Financeiros GUIA ACESSIBILIDADE

Ano 2006	Ano 2007
INR, I.P.: 23.595,00 €	INR, I.P. – 4.761,03 €
Total: 23.595,00 €	IHRU, I.P. – 29.040,00 €
	Total: 33.801,03 €
Total 57.396,03 €	

3. Uniformização e generalização da aplicação do símbolo internacional de acessibilidades em equipamentos de transportes.

Responsáveis: MOPTC; Operadores de Transportes

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Aplicação do símbolo internacional de acessibilidade

REFER

A REFER sempre que intervém no âmbito da remodelação /modernização das instalações e equipamentos de utilização pública, em Estações e Apeadeiros, tem procedimentos normalizados relativamente à utilização da sinalização internacional de identificação quer de percursos acessíveis, quer de equipamentos para utilização por pessoas com deficiência ou incapacidade.

CP

A CP desencadeou contactos com a REFER no sentido de melhorar as acessibilidades e a informação no transporte ferroviário, com a proposta de criação de um grupo de trabalho para a celebração de um protocolo.

STPC

A STCP já aplica esta simbologia em toda a frota de serviço público em que a mesma é aplicável.

CARRIS

A CARRIS tem aplicado o símbolo internacional de acessibilidade onde se justifica, nomeadamente, nos veículos adaptados para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

Transtejo

A Transtejo colocou o símbolo em todos os terminais e nos catamarãs.

- 4. Promoção de uma campanha dirigida aos operadores de transportes sobre a utilização de conceitos inovadores e não discriminatórios relativos às pessoas com necessidades especiais.**

Responsáveis: MOPTC / IMTT, I.P.

Parcerias: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: Realização da campanha

No âmbito da cooperação e protocolo celebrado e financiado pelo INR, I.P. e a CP, a CP assinalou o dia 3 de Dezembro – Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, da seguinte forma:

1. Transporte gratuito na CP, em todos os comboios, para todas as pessoas com deficiências e ou incapacidades que o comprovem mediante a exibição da certidão multiusos ou do cartão de deficiente das forças armadas, independentemente do grau de deficiência;
2. Transporte gratuito para um acompanhante do Cliente referido em 1.
3. Campanha de divulgação do “Serviço Sim” e do “Tarifário específico 2em1”, com a afixação de cartazes nas estações que disponibilizam o referido serviço.

Medidas de Reparação

5. **Realização de um programa de informação dirigido às câmaras municipais sobre as normas técnicas de acessibilidade no meio edificado público, habitacional e via pública.**

Responsáveis: MTSS; MAOTDR

Parceiros: INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2007

Indicador: Programa de Informação

Na sequência da publicação do DL nº 163/2006, o INR, I.P. **presta informação e consultoria**, esclarecimentos e responde a dúvidas quanto à interpretação e aplicação do novo diploma legal, mediante solicitações veiculadas pelas Câmaras e por muitas outras entidades públicas e privadas e pessoas individuais, mediante **ofícios, pareceres, contactos por telefone, correio electrónico ou presencialmente**.

A publicação e progressiva divulgação do “Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos”, editado pelo INR, I.P. tem sido um instrumento importante para divulgação de informação e para apoio nesta matéria.

6. Adopção de normas que definam o acesso por parte de pessoas com mobilidade condicionada aos espaços e recintos desportivos.

Responsáveis: PCM / IDP, I.P

Parcerias: MTSS.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: Existência de Normas.

A execução desta medida baseia-se na aplicação das normas técnicas previstas a que devem obedecer os espaços e recintos desportivos no que concerne às condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção dos espaços públicos desportivos, previstas no anexo ao **Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto** e que dele faz parte integrante.

Por outro lado, é de referir que o Decreto-Lei n.º317/97, de 25 de Novembro, estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, independentemente de a sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos.

No âmbito da aplicação deste diploma, cabe ao Instituto de Desporto de Portugal, I.P. (IDP, I.P.) emitir pareceres técnicos sobre os projectos de arquitectura e das especialidades que lhe são apresentados, estando os mesmos limitados às instalações e equipamentos cujo processo de construção é da responsabilidade das autarquias, das associações desportivas e de outras entidades privadas, não abrangendo contudo as instalações desportivas que, destinando-se a uso exclusivo dos seus membros, estejam integradas em:

- Quartéis e recintos militares;
- Recintos para uso das forças de segurança;
- Estabelecimentos prisionais.

O mesmo sucede com as instalações desportivas cujo regime de propriedade e gestão está a cargo do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O IDP, I.P. vem exercendo esta competência, tendo sempre em atenção, na sua análise, o cumprimento das normas técnicas referentes às condições de acessibilidade, inicialmente consideradas no Decreto-Lei n.º123/97, de 23 de Maio, e, posteriormente, no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por revogação daquele.

Nos termos do mencionado Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro, a fiscalização do que se encontrava aí disposto e na respectiva legislação complementar incumbia ao então Instituto Nacional do Desporto, às Câmaras Municipais e às entidades administrativas e policiais no âmbito das respectivas competências. Esta acção fiscalizadora nunca foi exercida pela administração pública do desporto pelo facto de este diploma nunca ter sido regulamentado (artigo 7.º), com excepção dos Estádios de Futebol (Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de Junho), Recintos com Diversões Aquáticas (Decreto-Lei n.º 65/97 e Decreto Regulamentar n.º 5/97, ambos de 31 de Março) e Espaços de Jogo e Recreio Municipais destinados a crianças (Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, Portaria n.º 379/98, de 2 de Julho e Portaria n.º 506/98, de 10 de Agosto).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 274/2007, que aprova a orgânica da Agência de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), todas as atribuições em matéria de fiscalização de infra-estruturas, equipamentos e espaços desportivos cometidas ao IDP, I.P. foram transferidos para a ASAE.

A alínea d) do n.º 2 do artigo 3.º deste diploma dispõe também sobre a necessidade de promover o intercâmbio de informação entre entidades que trabalhem nos domínios das suas competências.

No ano de 2008 o IDP, I.P. emitiu 352 pareceres técnicos.

Da acção desenvolvida pela ASAE no plano fiscalizador quanto a esta matéria, o IDP, I.P. não tem recebido qualquer informação.

No que se refere ao cumprimento das normas legais, para além da melhoria dos mecanismos fiscalizadores, é fundamental aumentar os níveis de comunicação e de responsabilização no âmbito das diferentes áreas envolvidas neste Plano.

7. Criação progressiva de serviços de apoio a passageiros com necessidades especiais, nas infra-estruturas dos meios de transporte públicos.

Responsáveis: MOPTC / Operadores de Transportes

Parceiros: MTSS / INR, I.P. e PCM / IPJ, I.P.

Prazo de Execução: 2009

Indicador: Serviços de Apoio nos Operadores de Transportes.

A CP criou o SIM – Serviço Integrado de Mobilidade, um serviço centralizado através de uma linha telefónica – 808 208 746 (808 208 SIM), orientado para servir Clientes com Necessidades Especiais (CNE), disponível nos dias úteis das 07h00 às 18h00. Através deste serviço o Cliente com Necessidades Especiais poderá:

- Obter informações sobre o que a CP tem para lhe oferecer, a nível de: acessibilidade dos comboios da CP e estações da rede CP; acessibilidade a equipamentos; condições comerciais; outros serviços orientados para este Cliente; outros pontos de informação ou envio de sugestões; serviço de assistência no embarque, em viagem e no desembarque;
- Ajudar a planear a viagem oferecendo as melhores condições de conforto e segurança;
- Solicitar assistência no embarque, durante a viagem e no desembarque

A CP criou a Figura do Conselheiro para o Cliente com Necessidades Especiais, com o objectivo de reforçar a confiança destes Clientes numa óptica de melhoria contínua dos serviços prestados pela Empresa.

São funções prioritárias do Conselheiro para o Cliente com Necessidades Especiais assessorar a Empresa em práticas que defendam e promovam a acessibilidade aos serviços da CP por todos os cidadãos com necessidades especiais, contribuindo para a inventariação dos obstáculos de acesso e definindo prioridades na adopção de medidas, que tornem a mobilidade um direito adquirido.

Acordo entre a CP e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.), celebrado com o objectivo de minimizar as dificuldades de mobilidade dos indivíduos com autonomia condicionada: Tarifários próprios para os Clientes com Necessidades Especiais – Tarifa 2 por 1.

Este acordo veio permitir que os acompanhantes das pessoas com incapacidade igual ou superior a 80% viagem de forma gratuita no mesmo comboio, no mesmo percurso e na mesma classe. O acordo tarifário estabelecido é válido em 2ª classe para os serviços Alfa Pendular, Intercidades, Regional, Inter-Regional e urbanos de Lisboa e Porto.

A CARRIS dá formação genérica aos seus Tripulantes (inicial e de reciclagem) para prestarem o auxílio necessário às pessoas com deficiência, quer na aproximação à paragem, quer na entrada e saída do veículo, como também no decurso da viagem. Também é dada formação a todos os tripulantes de autocarros para colocação da rampa e fixação da cadeira de rodas, nos veículos preparados para esse fim.

Por outro lado, a CARRIS possui desde 1982 um serviço diário especial de transporte de pessoas com deficiência efectuado porta a porta, na cidade de Lisboa, mediante prévia marcação, dispondo para esse efeito de 4 autocarros (3 em serviço e 1 de reserva) com lotação para 4 a 5 cadeiras de rodas e 8 acompanhantes. Estão em fase de aquisição 2 novos autocarros para substituição dos 2 mais antigos.

A STCP desenvolveu

- Em 2007, produção de informação sobre as Linhas da rede STCP em Braille e em letra ampliada;
- Criação do SMSBUS para invisuais, que tem por objectivo a colocação dos códigos SMSBUS em Braille em todas as paragens da STCP - projecto em parceria com a ACAPO, ainda em fase de experimentação;
- Projecto de Paragem com Informação sonora para cegos e amblíopes – projecto em parceria com ACAPO e EFACEC, ainda em fase de desenvolvimento de protótipo;
- No programa normal de formação do pessoal tripulante, inclusão de capítulo próprio de sensibilização à especificidade do atendimento a pessoas cegas, amblíopes e/ou de mobilidade reduzida – irá decorrer um projecto associado de intensificação de formação no terreno, com inclusão de testes práticos.

A Metro do Porto, S.A. (MP), por ser uma rede de transporte muito recente e pelo facto de terem sido tidas em conta as medidas necessárias à acessibilidade e ao uso autónomo pelos seus clientes com necessidades especiais, contempla de raiz a generalidade das medidas previstas nos vários “Eixos” do PAIPDI. Mesmo assim, a MP mantém uma postura autocrítica que a leva a procurar melhorar as condições de acessibilidade dos seus clientes, tal como o sistema Navmetro referido anteriormente.

Na Transtejo (TT):

- Todos os terminais da TT foram adaptados para acolher passageiros com necessidades especiais.
- Falta adaptar bilheteira no terminal do Barreiro.
- No Terminal do Terreiro Paço decorrem obras.
- Acções de formação com vista a dotar o pessoal das bilheteiras e de bordo de competências para lidarem com passageiros com necessidades especiais.

O IMTT está a apoiar, entre outros, no âmbito dos serviços e sistemas inteligentes de Transportes (ITS), a renovação do Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Cliente em Tempo Real (SAE/ICTR) da empresa Rodoviária de Lisboa (RL) e a implementação de um sistema similar na empresa Transportes Sul do Tejo (TST). Nestes dois projectos, para além da informação na paragem sobre o tempo de espera dos próximos autocarros foi incluída a funcionalidade de informação sonora activada por comando próprio (em painéis de proximidade que ficam na paragem):

- Nos TST – 30 painéis com a funcionalidade sonora e 1000 comandos;
- Na RL – 21 painéis com a funcionalidade sonora e 500 comandos.

8. Implementação de protocolos com transportadoras, visando reduções tarifárias a pessoas com deficiência.



Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parceiros: Operadores de Transportes

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicadores: nº de viagens e nº de beneficiários.

Acordo “Dois por Um”

O protocolo foi celebrado em **1998** e visa garantir à pessoas com deficiências, com grau de incapacidade igual ou superior a 80%, a possibilidade de se fazer acompanhar por terceira pessoa (com bilhete gratuito), nos comboios de longo curso e intercidades, com excepção nos transportes suburbanos.

Acordo de Descontos para Pessoas com Deficiência

O Protocolo celebrado em 2002 entrou em vigor em 2003 e, visa garantir uma redução de 25% nos bilhetes de comboio, às pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60% ou que se encontrem em situação de configurar risco de exclusão social, em qualquer percurso, excepto nos percursos suburbanos de Lisboa e Porto.

Os dois acordos estão em fase de revisão, com vista à sua reformulação e para o efeito o INR, I.P. e a CP estão a trabalhar em conjunto.

Quadro nº 4
Evolução do Movimento anual de Utilizadores 2004-2008

Anos	Acordo Tarifário "Dois por UM"					Acordo de Descontos (Próprio)				
	2004	2005	2006	2007	2008	2004	2005	2006	2007	2008
N. Viagens	4410	5090	6173	6898	6727	343	250	298	246	311 a)

a) INR, I.P. – Não houve facturação no mês de Novembro nos comboios regionais

Quadro nº 5
Evolução das Despesas dos Acordos Pagas/Ano

ANOS	Acordo "Dois por Um"	Acordo de Descontos (Próprio)
2004	38.975,68 €	303,20 €
2005	51.738,21 €	550,69 €
2006	52.979,91 €	713,14 €
2007	83.819,39 €	625,29 €
2008	91.527,17€	960,34€ a)

a) INR, I.P. – Não houve facturação no mês de Novembro nos comboios regionais

9. Definição de modelos de sinalética e de informação e bilhética a implementar nas estações de metro, ferroviárias e fluviais, de modo que se constitua um sistema de informação unificado e orientador para os utilizadores.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parceiros: MOPTC / Operadores de Transportes

Prazo de Execução: 2006-2007

Indicador: Modelo de Sinalética e de informação nos operadores identificados.

As acções realizadas ou em curso nos operadores de transportes, no que respeita a sinalética e bilhética são as seguintes:

REFER

A sinalética actualmente existente nas estações, tem por base a Norma Interna "Manual de Sinalética - Guia para a aplicação gráfica de Sinalética em Estações Ferroviárias, MT.CCA.001, o qual se rege nos seus aspectos gerais, por directivas internacionais, no âmbito da UIC.

CP

Promoveu a acessibilidade aos passageiros com deficiência visual e auditiva na Internet;

Transtejo/Soflusa

Tem em estudo a montagem de sinalização para pessoas com deficiência visual nos pavimentos. Foram feitos por este operador contactos com outros operadores de transportes da área metropolitana e ACAPO para encontrar a solução mais adequada a uniformizar em todos os transportes.

Importa também assinalar que está em curso na Transtejo/Soflusa, a preparação de acções de formação aos trabalhadores da TT / SL para acompanhamento e atendimento de pessoas com deficiências ou incapacidade que será ministrado pela ACAPO.

Refira-se ainda que a Transtejo/Soflusa, com vista ao cumprimento das novas normas técnicas emanadas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, efectuou um levantamento a todas as instalações da TT / SL para identificar barreiras e promover a sua superação de acordo com os requisitos do novo DL;

Rede Metro do Porto

Uma vez que a rede é muito recente, grande parte das preocupações com as pessoas com necessidades especiais foram já tidas em conta na raiz dos projectos. Assim, tanto os veículos como as estações e a informação ao público/sinalética têm níveis de acessibilidade bastante bons.

A Metro do Porto esforça-se por manter viva uma postura autocrítica, dando assim ouvidos às várias reclamações/sugestões dos seus clientes com necessidades especiais, sejam elas referentes a aspectos singulares de alguma estação ou aspectos gerais ao sistema.

Neste contexto, refira-se o desenvolvimento do Manual de Sinalética. Este Manual teve como objectivo principal estabelecer regras de comunicação claras para os utilizadores do Metro e restantes utilizadores de transporte público uma vez que foi pensada numa base intermodal. Pretende-se assim uniformizar toda a informação/sinalética, independentemente desta se encontrar nas estações, nos veículos ou em suportes portáteis como sejam folhetos, mapas etc.

Para o conseguir, o Manual desenvolveu uma linguagem compósita, onde se conjugam imagens (pictogramas) e texto, e que cumpre com os códigos de cores internacionais de acordo com a natureza da mensagem a transmitir (vermelho – interdição; amarelo – perigo, verde – encaminhamento à saída; azul – encaminhamento ao transporte).

O pictograma referente ao símbolo internacional de acessibilidade está obviamente incluído na família de pictogramas e é utilizado na generalidade do sistema.

Está em curso a preparação da realização de um Estudo com vista ao desenvolvimento de um Modelo/Sistema de Encaminhamento para Pessoas com Deficiência Visual,

Até 2006:

Foi constituído, por iniciativa do INR, I.P. um grupo de trabalho que integrou representantes do INR, I.P., ACAPO, REFER e Metropolitano de Lisboa, para desenvolver um Sistema de Encaminhamento para Pessoas com Deficiência Visual.

Este Grupo desenvolveu um sistema de pavimentos tácteis para promover a orientação nas estações, tendo projectado protótipos, para serem testados.

Este sistema, baseado em outros semelhantes e já existentes noutros países, consta fundamentalmente de um conjunto de pavimentos tácteis, aplicados à mesma cota do restante pavimento, e que transmite uma série de sinais que o cego identifica com os pés ou com a bengala;

Em 2006

Continuaram os testes com pavimentos tácteis de borracha com sinalética semelhante à do modelo anteriormente testados e já existentes no mercado. As estações do Metropolitano, Carnide e Avenida serviram de local de teste, nos meses de Abril e Outubro/Novembro.

Ainda em 2006 foi lançado pelo Metro de Lisboa o concurso para a execução do protótipo em material cerâmico do sistema de encaminhamento anteriormente estudado.

Em 2007

Foi executado o protótipo e testado no Parque de Material e Oficinas do Metropolitano, em Sete-Rios (Lisboa), tendo em vista avaliar a eficácia e a aceitação do Sistema de Encaminhamento. Entre Fevereiro e Julho decorreu a fase de ensaio do respectivo protótipo, com a colaboração da ACAPO, que supervisionou a experimentação com um grupo abrangente de pessoas com vários tipos de deficiência visual.

Encontra-se em fase de conclusão o Relatório Final sobre o Modelo do Sistema estudado.

Pretende-se que este modelo, depois de aprovado, possa vir a ser adoptado por outras transportadoras, com as adequadas adaptações consoante a modalidade de transporte (Transtejo, Rodoviárias etc.), bem como, noutros espaços públicos (ex.: passagens de peões, museus).

- 10. Promoção do aumento de 14 % na quota de autocarros da Carris, Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa, S. A., e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A., totalmente acessíveis nos transportes terrestres e da sua afectação a carreiras específicas em função da procura de passageiros com necessidades especiais.**

Responsáveis: MOPTC / Operadores de Transportes

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Quota de autocarros acessíveis

A quota de 14% na frota de autocarros totalmente acessíveis a atingir no período de 2006 a 2009 já foi cumprido pela CARRIS e STCP.

A CARRIS tem vindo a aumentar a frota de autocarros ao longo dos anos:

- Em Dezembro de 2006 a frota de autocarros era constituída por 758 veículos, dos quais 220 se encontram adaptados com rampa manual e um lugar para fixação de cadeira de rodas, correspondendo a uma quota de 29%.
- Em Dezembro de 2007, embora mantendo-se o mesmo número de veículos adaptados, a quota aumentou ligeiramente para 29,5%, dado que se verificou uma redução da frota de autocarros que passou para 745 unidades.
- A Carris aguarda, até final de 2008, a entrega de mais 40 veículos (20 articulados e 20 médios) adaptados com rampa eléctrica, um lugar para fixação de cadeira de rodas e informação sonora da próxima paragem, pelo que a quota de veículos adaptados, no final do ano, deverá situar-se próximo dos 35%, tendo em conta as 740 unidades que integram a actual frota de autocarros.
- Está a decorrer o concurso para aquisição, em 2009, de mais 60 veículos standard dos quais 20 a gás natural, com o mesmo tipo de adaptação para pessoas com deficiência, que se destinam a substituir veículos degradados, passando a quota destes veículos para cerca de 43%.
- Em 2010 está prevista a aquisição de mais 60 veículos (30 articulados e 30 standard) com idênticas características, passando a sua quota para cerca de 51%, prevendo-se que se mantenha a actual frota, da ordem dos 740 autocarros.

De referir que os autocarros adquiridos pela CARRIS desde 1998 têm piso rebaixado, correspondendo a 572 autocarros, dispendo ainda 148 de um sistema de ajoelamento lateral, o que facilita o acesso a pessoas de mobilidade reduzida.

Em conclusão, relativamente aos 220 autocarros adaptados com rampa existentes no final de 2006 e face a 2008 temos um acréscimo de 18,2% totalizando 260 unidades, em 2009 um aumento de 45,5% perfazendo 320 e em 2010 um acréscimo de 72,7% com um total de 380 autocarros adaptados.

A STCP possui actualmente:

- Rede de Acesso Fácil – desde Setembro de 2007, os autocarros com características de acesso fácil (piso rebaixado, kneeling e rampas automáticas) estão afectos a linhas, de modo a constituir uma rede estável que garanta a possibilidade de entrada de cadeiras de rodas;
- Apenas 8 das 55 linhas operadas pela STCP da Rede Diurna não integram a rede de acesso fácil: linhas 203, 400, 703, 705, 706, 707, 804 e 900. Excluem-se as 12 linhas operadas por operadores privados.
- Há 12, das 13 linhas da Rede de Madrugada que são também de acesso fácil (excepção da linha 7M, operada por um operador privado).
- Desde 2006 a STCP registou um incremento de 32% na quota de viaturas com rampa de acesso e de 54% na quota de viaturas com piso rebaixado, crescimentos muito superiores ao objectivo definido pelo PAIPDI.
- Ao nível dos restantes operadores, os despachos de apoio financeiro concedidos pelo IMTT à renovação de frotas das empresas privadas que exploram serviços regulares de passageiros têm previsto, desde 2003, um incentivo superior para os veículos adaptados ao transporte de pessoas com deficiência. Em 2004 só foram financiados veículos da categoria I (veículos tipo urbano) desde que fossem adaptados ao transporte de passageiros em cadeiras de rodas. Desde Fevereiro de 2005 que só podem ser matriculados veículos novos da Categoria I que sejam adaptados (Dec.-Lei nº 58/2004 de 19 de Março).

Na STCP:

Viaturas de Serviço Público com piso rebaixado – 92% da frota de autocarros (dados Set. 2008)

Viaturas de Serviço Público com rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida – 57% da frota de autocarros (dados Set. 2008)

11. Revisão do regime aplicável aos cães-guia, com vista a alargar o seu âmbito de aplicação a todos os cães de assistência.

Responsáveis: MTSS; INR, I.P.

Parceiros: - MADRP / DGV

Prazo de Execução: 2006

Indicador: Publicação do Diploma

A revisão do regime actual foi iniciada durante o ano de 2006 e concluída com a publicação o DL n.º 74/2007, de 27 de Março que consagra o direito das pessoas com deficiências a fazer-se acompanhar de cães de assistência no acesso a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público; revogando o Decreto-Lei n.º 118/99, de 14 de Abril.

Através deste diploma reconhece-se o direito geral de acesso de todos os cidadãos com deficiência sensorial, mental, orgânica e motora acompanhados de cães de assistência a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público.

São considerados cães de assistência: os **cães-guia** que visam o acompanhamento das pessoas cegas; os **cães de alerta** para surdos e os **cães de serviço** ajudantes de pessoas com dificuldades motoras e, ainda, no âmbito da Terapia Assistida por Animais.

Presentemente, em Portugal, existem duas ONG que dispõem de escolas de treino de cães de assistência: a **Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual e a ÂNIMAS – Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social**.

O **Clube Português de Utilizadores de Cães-guia (CPUC)**, não sendo uma Escola de Cães de Assistência, mas estando vocacionado para a problemática dos utentes de **cães-guia** foi constituído em 2001 com o objectivo da sua promoção junto de pessoas cegas e com baixa visão, bem como de defender os interesses e direitos dos seus utilizadores.

Instrumentos

12. Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), contemplando os diferentes domínios da acessibilidade.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Publicação do Diploma

Este Plano contempla os diferentes domínios da acessibilidade, nomeadamente, o meio urbano, edificações e transportes, bem como, a acessibilidade à informação e à comunicação e surgiu na sequência de inquéritos lançados pelo INR, I.P. junto das

autarquias, para análise do grau de implementação do DL nº 123/97, de 22 de Maio, e aos transportes.

Os resultados desses inquéritos, indiciavam a necessidade de aperfeiçoar e garantir a aplicação da legislação em vigor e por outro lado, a necessidade de produzir um instrumento estruturante com medidas que perspectivassem a acessibilidade de forma global e integrada em todos os domínios da política, reflectindo a transversabilidade da actuação que visa a qualidade de vida dos cidadãos e em particular das pessoas com necessidades especiais.

Este Plano foi submetido à apreciação dos Serviços da Administração Pública com o objectivo de proceder à recolha e análise dos pareceres emitidos pelas tutelas envolvidas e à introdução dos contributos sectoriais pertinentes no texto deste instrumento, com vista à sua melhoria.

Salienta-se, neste âmbito, a cooperação e os documentos enviados por Serviços do **MAOTDR (IHRU, I.P., DGOTDU, CCDRN e CCDRLVT)** e do **MOPTC (DGTT, REFER, CP, CARRIS, STCP, TRANSTEJO / SOFLUSA, Metros de Lisboa e Porto bem como do Metro do Mondego e Metro Sul) e MOPTC.**

O **PNPA** foi aprovado em Conselho de Ministros a 21 de Dezembro de 2006 e publicado a 17 de Janeiro (Resolução do CM nº 9/2007, Diário da República, 1ª Série - nº 12).

Em 2007 publicaram-se:

- ▽ 15 000 Livros **PNPA**
- ▽ 15 000 **Folhetos**
- ▽ 12 500 **Cartazes**

13. Prémio de acessibilidade a atribuir periodicamente a projectos inovadores em empreendimentos habitacionais.

Responsáveis: MAOTDR / IHRU, I.P.

Prazo de Execução: 2007-2009

Indicador: Lançamento do Prémio

Em 2007, foi celebrado um Protocolo de Cooperação entre o IHRU, I.P. e o INR, I.P. com vista, entre outras acções, à criação e instituição do **Prémio de Acessibilidade** que visa destacar soluções inovadoras e que tenham como objectivo garantir a acessibilidade e a mobilidade na utilização do espaço habitacional edificado, tendo-se igualmente elaborado o respectivo Regulamento de candidaturas e constituição do Júri.

Nesta sequência foi lançado o processo de concurso que visava premiar obras concluídas até dia 31 de Dezembro de 2007 e apresentadas através de candidatura até 15 de Janeiro de 2008 pelos próprios promotores.

Aos primeiro, segundo e terceiro prémios foram atribuídos os montantes de, respectivamente: **6.000 €, 3.500 € e 2.500 €**, com financiamento da responsabilidade do IHRU, I.P.

Verificou-se a inexistência de candidaturas ao Prémio na sua primeira edição.
Haverá nova edição em 2009.

14. Programa de formação a agentes autárquicos, em matéria de acessibilidade e design universal, abrangendo, no mínimo, 80 municípios.

Responsáveis: MAOTDR / IHRU, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Programa de Formação; número de Acções Formativas e número de Formandos.

Meta: Programa de formação a agentes autárquicos em matéria de acessibilidade e design universal abrangendo no mínimo **80 Municípios**

Quadro nº 6
Acções de formação Municípios

	Local	Nº de formandos	Nº de Câmaras envolvidas
1ª Acção Outubro 2007	Lisboa	70	22
2ª Acção Janeiro 2008	Vila Real	95	40
3ª Acção Março 2008	Lagos	50	20
4ª Acção Maio 2008	Coimbra	160	54
5ª Acção Junho 2008	Évora	57	20
TOTAL		432	156

15. Prémio de acessibilidade a atribuir periodicamente a projectos inovadores no âmbito dos transportes.

Responsáveis: MOPTC / IHRU, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Lançamento do Prémio.

O Plano de Actividades do IMTT prevê a instituição de um Prémio de Acessibilidade em 2009: Elaboração do regulamento no 1º semestre e o lançamento do Prémio no 2º semestre.

2.1.2. ESTRATÉGIA nº 1.2. - “Promover o acesso à comunicação e à informação”

Medidas de Prevenção

16. Garantia, em articulação com a Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P. (UMIC, I. P.), da aplicação das regras da acessibilidade às páginas da Internet, sobretudo nos portais da Administração Pública.

Responsáveis: MCTES / UMIC

Parcerias: MTSS / INR, I.P

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Publicação de regras e número de sítios da Administração Pública na Internet com essas regras.

De acordo com a Resolução de Conselho de Ministro nº 155/2007 de 2 de Outubro foi determinado que as formas de organização e apresentação dos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central sejam escolhidas de forma a permitirem ou facilitarem o seu acesso pelos cidadãos com necessidades especiais, devendo respeitar o nível de conformidade «A» das directrizes sobre a acessibilidade do conteúdo da web, desenvolvidas pelo World Wide Web Consortium (W3C).

Por outro lado foi também determinado que os sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central que impliquem a prestação de serviços transaccionais aos cidadãos respeitem o nível de conformidade «AA» das directrizes sobre a acessibilidade do conteúdo da web, desenvolvidas pelo W3C. Para ambas as situações foi

atribuído um prazo de 3 e de 6 meses respectivamente. Findo esse prazo de vigência da referida RCM, os resultados são os que se apresentam no seguinte quadro:

Quadro nº 7

e.gov acessível – aplicação da RCM 155/2007, 2 de Outubro

Resultados obtidos findo 30.06.2008			
Sítios Informativos		Sítios Transaccionais	
Conforme	Não Conforme	Conforme	Não Conforme
310 (93%)	23 (7%)	113 (83%)	28(17%)

17. Criação do Núcleo Braille, com vista a promover o reconhecimento e a validação do material signográfico codificável (Braille) e das suas diversas aplicações gráficas.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: ME / DGIDC

Prazo de Execução: 2008

Indicador: Publicação do diploma que cria o Núcleo Braille.

Em Março de 2007, realizou-se uma reunião exploratória com representantes da ACAPO, tendo por objectivo a constituição de um Grupo de Trabalho que viesse a integrar personalidades de reconhecido mérito, na área da deficiência visual, o qual após sua constituição iria analisar, discutir e contribuir para o cumprimento das medidas previstas no PAIPDI, bem como ponderar e propor objectivos e uma metodologia de desenvolvimento de uma comissão nesta área.

Após a realização da 2ª reunião, a 2 de Maio de 2007, com os membros referidos e as entidades de reconhecido mérito indicadas pela ACAPO, foi solicitado que se pronunciassem sobre a criação de uma Comissão Braille e outras medidas previstas no PAIPDI.

Subsequentemente, foi elaborado no INR, I.P. um projecto de Despacho de constituição do Núcleo Braille no âmbito do INR, I.P e que aguarda publicação.

18. Criação do Núcleo Língua Gestual, com vista a promover o reconhecimento e o bom funcionamento da língua gestual portuguesa.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: Publicação do diploma que cria o Núcleo de Língua Gestual.

Em Março de 2007, realizou-se uma reunião exploratória com representantes da Federação portuguesa de Surdos FPAS, onde se solicitou a indicação de personalidades da área da deficiência auditiva (surdez), com o objectivo de formar um grupo de pessoas, para a análise, discussão e apresentação de contributos para ponderar e propor objectivos e uma metodologia para a criação de uma Comissão nesta área, conforme o previsto no PAIPDI.

A 2 de Maio de 2007, realizou-se uma 2ª reunião, com os membros referidos e entidades de reconhecido mérito indicadas pela FPAS, onde foi solicitado que se pronunciassem sobre a criação de uma Comissão de Língua Gestual e outras medidas previstas no PAIPDI.

Subsequentemente, foi elaborado no INR, I.P. um projecto de Despacho de constituição do Núcleo de Língua Gestual no âmbito do INR, I.P., e aguarda publicação.

Medidas de Reparação

19. Desenvolvimento e aperfeiçoamento da língua gestual no serviço público de televisão.

Responsáveis: PCM - Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares / Gabinete para os Meios de Comunicação Social

Parcerias: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Número de horas televisivas com língua gestual

Os dados a seguir indicados referem-se à evolução verificada no número de horas televisivas com língua gestual, desde 2006 a Outubro de 2008.

Quadro nº 8
Tempo de Língua Gestual na TV pública

	RTP1	RTP2
2006	277h:29m:24s	908h:13m:04s
2007	378h:55m:07s	982h:02m:11s
2008	462h:44m:48s	935h:52m:26s

Nota: inclui repetições.

20. Aumento do leque de emissões televisivas susceptíveis de acompanhamento pelas pessoas com deficiência através da legendagem automática, mediante sensibilização dos operadores nacionais para a celebração de protocolos neste domínio.

Responsáveis: PCM - Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares / Gabinete para os Meios de Comunicação Social

Parcerias: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2007-2009

Indicador: Número de horas televisivas com acompanhamento para pessoas com deficiências e ou incapacidades.

Os dados seguintes referem-se à evolução verificada no número de horas televisivas com acompanhamento para pessoas com deficiências e ou incapacidades no período de Janeiro a Outubro de 2008.

O serviço regular de áudio-descrição iniciou-se na RTP 1 a 21 de Outubro de 2007.

Quadro nº 9
Áudio-descrição

Ano	Mês	RTP1
2008	Janeiro	3:19:53
	Fevereiro	2:38:35
	Março	1:43:24
	Abril	3:28:04
	Mai	2:32:47
	Junho	1:45:28
	Julho	1:51:20
	Agosto	21:46:55
	Setembro	0:00:00
	Outubro	0:00:00
	Novembro	--
	Dezembro	--
Totais		39:06:26
Média mensal 2008		4:53:18

Quadro nº 10

Emissões televisivas c/ legendagem automática

	RTP1	RTP2	SIC	TVI
2008	Legend. 810h:55m:01s	Legend. 185h:04m:10s	702h:38m:26s	390h:25:33s
	Leg. Autom. 349h:47m:24s	Leg. Autom. 19h:57m:52s		
	Total 1160h:42m:25s	Total 205h:02m:02s		

Nota: inclui repetições. Os dados da RTP incluem legendagem + legendagem automática. Os dados da SIC e da TVI dizem respeito à legendagem através de teletexto

Instrumentos

21. Revisão e actualização do Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.

Responsáveis: MCTES / UMIC

Prazo de Execução: 2008

Indicador: Publicação do novo diploma.

Medida não implementada.

2.1.3. ESTRATÉGIA nº 1.3. - “Promover mais cultura, mais desporto e melhor lazer”

Medidas de Prevenção

22. Certificação dos equipamentos turísticos acessíveis como forma de promover a sua qualificação.

Responsáveis: MEI / TP, I.P.

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2007-2009

Indicador: Criação de um instrumento de certificação e número de equipamentos certificados

O desenvolvimento desta medida prende-se com a implementação da Medida *Levantamento e publicitação das estruturas e equipamentos da área do turismo que são acessíveis*.

O Turismo de Portugal, I.P. (TP, I.P.) considerou não haver estabilização da sua orgânica e clarificação das prioridades definidas para avançar para esta Medida.

Por outro lado, aguarda-se a publicação de Portarias regulamentadoras de alguns pontos do DL nº 163/2006 relativamente a acessibilidades nos quartos e WC para poderem avançar na avaliação e certificação. O INR, I.P. terá que avaliar os alegados impedimentos jurídicos. Entretanto, elaborou já proposta de trabalho, que enviou ao TP, I.P.

A posição do TP, I.P. é que a certificação voluntária dos empreendimentos no domínio da acessibilidade e serviço a cidadãos com deficiências é um passo mais avançado, para o qual está disponível e empenhado, todavia, com a colaboração do INR, I.P.

Neste âmbito, está em análise a possibilidade de criação de 2 níveis de certificação. Um, com o cumprimento obrigatório do DL nº 163/2006, claramente estrutural e atendendo especificamente às condições físicas de acessibilidade e utilização. Outro, em função da

qualidade dos serviços prestados, de maior dificuldade de implementação, eventualmente motivadora numa primeira aplicação, mas com características mutáveis que deverão ser tidas em consideração.

Medidas de Reparação

23. Integração, nos instrumentos legislativos e programáticos relativos ao desporto, de normas específicas relativas às pessoas com deficiências e ou incapacidades que impeçam a discriminação quer no acesso à prática do desporto em geral quer no que respeita ao desporto de alta competição.

Responsáveis: PCM / IDP, I.P.

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2007-2009

Indicador: Existência de normas de combate à discriminação no domínio da legislação de desporto.

A execução desta medida prende-se essencialmente com o cumprimento a dar à orientação estabelecida no artigo 29.º da Lei n.º5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto), o qual passamos a transcrever: “A actividade física e a prática desportiva por parte das pessoas com deficiência é promovida e fomentada pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais com as ajudas técnicas adequadas, adaptada às respectivas especificidades, tendo em vista a plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos.”.

24. Desenvolvimento de um novo modelo de promoção e apoio ao desporto e actividades físicas para as pessoas com deficiências e ou incapacidades que contemple o recurso a ajudas técnicas e materiais de compensação, de acordo com as suas necessidades específicas.

Responsáveis: PCM / IDP, I.P.

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: Definição do modelo; número de ajudas técnicas atribuídas por número de praticantes com necessidades especiais.

Com a criação do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) no ano de 2008 começam a estar reunidas as condições para o desenvolvimento de um novo modelo de promoção e apoio ao desporto e actividades físicas desenvolvidas pelas pessoas com deficiência, que passa pela adopção das seguintes medidas estratégicas:

Transferência gradual para as federações unidesportivas, da responsabilidade pela promoção e desenvolvimento das diversas modalidades, integrando praticantes desportivos com e sem deficiência;

Manutenção da actividade da FPDD em relação ao fomento e desenvolvimento das modalidades em que tal transferência de responsabilidade ainda não se tenha verificado nas condições anteriormente mencionadas;

Gestão da execução do Programa de Preparação Paralímpica, com início no próximo ciclo paralímpico, a cargo do CPP.

25. Concepção e implementação de um novo modelo de promoção e apoio à preparação e participação de atletas nos Jogos Paralímpicos de Pequim.

Responsáveis: PCM / IDP, I.P.

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2008

Indicador: Concepção do novo modelo; número de atletas participantes nos Jogos Paralímpicos face aos Jogos anteriores

Quadro nº 11
Encargos Financeiros Jogos Paralímpicos PEQUIM

	2006	2007	2008	TOTAL
INR, IP	197.733,01€	195.538,33 €	481 023,58 €	874 294,92 €
IDP, IP	197.733,01€	195.538,33 €	481 023,58 €	874 294,92 €
Total	395.466,02 €	391.076,66 €	962 047,16 €	1 748 589,84 €

26. Consolidação e desenvolvimento do Projecto Praia Acessível — Praia para Todos, de forma a promover condições de acessibilidade às praias marítimas e fluviais de todo o território nacional.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: IEFP.IP, INAG, DGT, CCDR / Norte / Centro / LVT/ Alentejo / Algarve e Câmaras Municipais.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Evolução do número de praias com bandeiras da acessibilidade

2005

Atribuição de galardões / Bandeiras da Acessibilidade a 49 Praias:

- CCDR / Norte 8 praias acessíveis (7 costeiras e 1 interior);
- CCDR / Centro 10 praias acessíveis (9 costeiras e 1 interior);
- CCDR / LVT 3 praias acessíveis (3 costeiras e 0 interior);
- CCDR / Alentejo 7 praias acessíveis (5 costeiras e 2 interior);
- CCDR / Algarve 21 praias acessíveis (20 costeiras e 1 interior);
- Açores 1 praia acessível (costeira).

2006

Atribuição de galardões / Bandeiras da Acessibilidade a 77 Praias:

- 67 Marítimas (66 no continente 2 nos Açores)
- 9 Fluviais (Continente)

Foram editados 9.000 Folhetos para divulgação (CCDR, Regiões de Turismo, Postos de Informação de Turismo, Câmaras Municipais e Embaixadas)

2007

Foram atribuídos galardões / Bandeiras da Acessibilidade a 96 Praias:

- 82 Praias Marítimas (77 no continente e 5 nos Açores)
- 15 Praias fluviais (continente)

Foram editados 11.000 Folhetos e 1 500 Cartazes para divulgação (CCDR, Regiões de Turismo, Postos de Informação de Turismo, Câmaras Municipais e Embaixadas e estabelecimentos hoteleiros através da sua associação, Associação Hotéis Portugal).

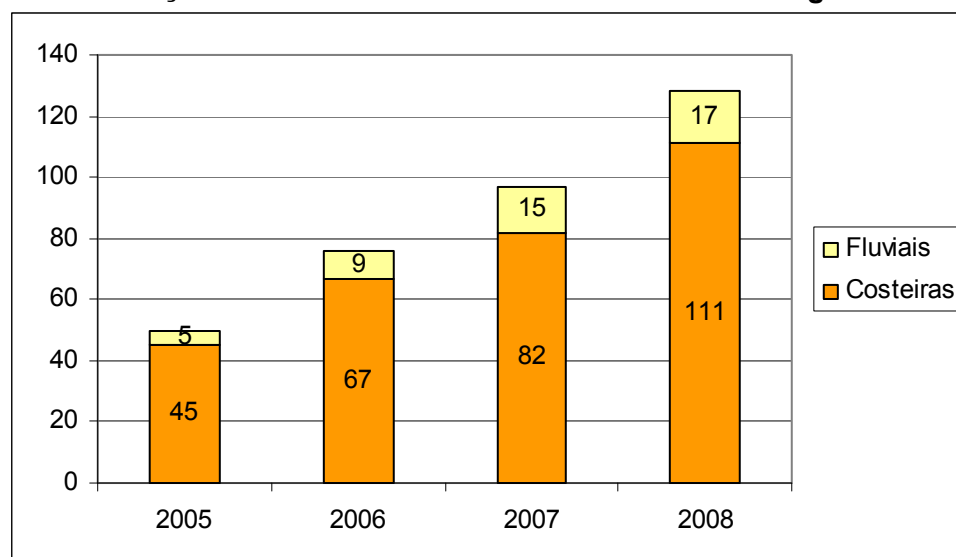
2008

Foram atribuídos galardões / Bandeiras da Acessibilidade a 118 Praias:

- 111 Praias Marítimas (92 no continente e 9 nos Açores)
- 17 Praias Fluviais (continente)

De notar que nos referimos apenas às praias com bandeira hasteada, sendo importante referir que muitas atingem bons níveis de acessibilidade sendo contudo a atribuição do galardão prejudicada por motivos de pormenor.

Quadro nº 12
Evolução do número de Praias Acessíveis em Portugal



Quadro nº 13
Encargos Financeiros – Projecto “Praia Acessível – Praia para Todos”

Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
INR, I.P. – 3.390,40 €	INR, I.P. – 3.912,03 €	INR, I.P. – 3.743,74 €
TP, I.P. – 502,00 €	TP, I.P. – 1.171,00 €	TP, I.P. – 1.028,00 €
IEFP, I.P. – 600,00 €		
Total: 4.492,40 €	Total: 5.083,03 €	Total: 4.771,74 €

27. Levantamento e publicitação das estruturas e equipamentos da área do turismo que são acessíveis.

Responsáveis: MEI / TP, I.P.

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: Listagem das estruturas e equipamentos de turismo com acessibilidade.

- Os quadros seguintes representam os dados de um ficheiro que contém uma listagem dos Restaurantes Típicos e de Luxo com Acesso e Instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada (ver quadro).
- Foi também efectuado um levantamento referente aos campos acima mencionados nas seguintes abordagens da base de dados do Inventário de Recursos Turísticos: Património Mundial, Museus da responsabilidade do Instituto Português dos Museus, Planetários, Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos, Aquários (ver quadro).
- Neste momento procede-se ao tratamento de informação de outras abordagens.

Quadro nº 14

Restaurantes típicos e de luxo com acessibilidade

Restaurantes típicos e de luxo (66)	Acesso a Pessoas com Mobilidade Condicionada	Acesso Parcial a Pessoas com Mobilidade Condicionada	Instalações Sanitárias para Pessoas com Mobilidade Condicionada
	32	22	16

Fonte: dados fornecidos pelo T.P., I.P.

Quadro nº 15

Inventário de recursos turísticos com acessibilidade

Inventário de recursos turísticos	Instalações Sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada	Acesso a Pessoas com mobilidade condicionada
Palácios/Solares (5)	2	3
Património Mundial (11)	n. d.	2 (parcial)
Aquários (3)	3	3
Museus (140)	13	128; 3 (parcial)
Planetários (2)	2	2
Jardins Botânicos (6)	3	4
Jardins Zoológicos (3)	2	2
Parques Temáticos (5)	4	3; 2(parcial)
Espaços Culturais e Recreativos (7)	3	6
Casinos (9)	8	8
Bingos (21)	10	15; 1(parcial)
Estâncias Termais (35)	31	32; 1(parcial)

Fonte: dados fornecidos pelo T.P., I.P.

Instrumentos

28. Programa de formação para promover a qualificação dos profissionais que operam na área do turismo, habilitando-os para o atendimento das pessoas com deficiências e ou incapacidades.

Responsáveis: MEI / TP, I.P.

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2008

Indicadores: Programa de Formação; número de acções e intervenientes de formação

Foram realizadas 4 acções de formação em diversas Escolas de Hotelaria e Turismo: Faro, Lamego, Coimbra e Estoril.

Envolvimento de cerca de 500 alunos e 20 professores.

As acções de formação contaram com a participação de dois técnicos do INR, I.P. tendo o programa da acção sido constituído por 3 painéis. O primeiro, visionamento de um vídeo temático direccionado para o atendimento, o segundo constituído por uma apresentação

dinâmica sobre Turismo para Todos, e por último um painel interactivo de perguntas e respostas.

29. Criação de realizações culturais que promovam e divulguem a produção cultural e artística, da autoria e ou com participação das pessoas com deficiências e ou incapacidades.

Responsáveis: MC / DG. Artes

Parceria: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Realização dos eventos; número de participantes e número de visitantes.

O objectivo desta medida foi valorizar e divulgar a produção artística das Pessoas com Deficiência, como forma de sensibilizar a opinião pública sobre as suas capacidades, através da criação de um evento cultural de âmbito nacional que promova e divulgue a produção cultural e artística da autoria de pessoas com e sem deficiência, em parceria. Este evento destina-se ao público em geral e pessoas com e sem deficiência em particular.

Em 2006, na Galeria de Arte do Ministério das Finanças e da Administração Pública, decorreu a **Exposição de Pintura “Speakers Corner; à mesma hora, no mesmo sítio, para variar...”**, inaugurada no dia 5 de Dezembro, reuniu um total de **46 obras de desenho, pintura e um vídeo**. A promoção desta Exposição coube ao MTSS e MC, tendo sido operacionalizada pelo INR, I.P. e pela DG das Artes, em parceria.

O aspecto inovador do Projecto consubstanciou-se na apresentação conjunta de obras de 3 artistas consagrados e de 9 artistas com deficiência, numa oportunidade rara de conforme as palavras do próprio comissário, “ intensa coexistência, sob o mesmo tecto e dentro das mesmas paredes, de muitas e diversas vozes”.

Os Artistas com Deficiência foram designados pela CERCICA, LPDM/CRS e AFID, Associações que também colaboram neste evento.

Foi ainda elaborado um **Catálogo (900 exemplares)**, distribuído no decurso da exposição.

Apesar do escasso tempo de preparação e divulgação, a exposição foi muito visitada e mereceu o melhor acolhimento, salientando-se a relevância de iniciativas como esta para a promoção e inclusão social e cultural e ainda para a mudança de atitudes e comportamentos da sociedade em geral e do meio cultural e artístico em particular. Estima-se que o **número de visitantes tenha ultrapassado os 3 000**.

A concretização desta medida foi antecipada em relação ao ano de execução. Todavia, pela importância de que se reveste enquanto meio de divulgação das capacidades artísticas das pessoas com deficiências ou incapacidades vai ter continuação até 2009.

Em 2007

No âmbito do *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos 2007* foi promovido pelo INR, I.P. um **Concurso Europeu de Cartoon** que teve por objectivo desafiar os artistas europeus a caricaturarem estereótipos, preconceitos e todos os tipos de discriminação em razão do género, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

A iniciativa teve a participação de **197 cartonistas** oriundos de 33 países. Fez igualmente parte do Concurso, uma exposição que esteve patente ao público na Estação do Rossio, de 24 de Outubro a 22 de Novembro 2007 e, **um catálogo com os 200 cartoons** escolhidos para fazerem parte da Exposição, que contou com mais de **10.000 visitantes**.

Esta iniciativa foi considerada pela Comissão Europeia, de entre todos os Estados Membros, a que mais contribuiu para a divulgação do Ano Europeu.

Importa ainda referir que várias entidades privadas se juntaram a este concurso enquanto patrocinadores. A DFJ vinhos, através da utilização, no rótulo das garrafas, dos cartoon vencedores (1º, 2º e 3º prémios); a TAP com o pagamento das viagens dos 3 vencedores a Portugal por ocasião da cerimónia de entrega dos prémios; a Controlinveste, através da disponibilização de meia página com o anúncio da Exposição dos Cartoon nos jornais “Diário de Notícias”, “Jornal de Notícias” e “Jornal da Madeira” e de spots de rádio na TSF; a RTP através do anúncio na RTP2 e a REFER, que disponibilizou gratuitamente o espaço da Estação do Rossio para a Exposição.

Quadro nº 16
Encargos Financeiros Eventos Culturais 2006/2007

Eventos	Ano 2006	Ano 2007
Exposição de Pintura	INR, I.P. – 12.010,26 €	-
	A DG ARTES – 13.074,46 €	
	Total 25.085,72 €	
Concurso Europeu de Cartoon	-	INR, I.P. – 100.842,81 €
Total	Total - 25.085,72 €	Total – 100.842,81 €
Total – 125.930,53 €		

30. Promoção e divulgação das normas de acessibilidades das pessoas com deficiências e ou incapacidades na realização dos eventos em museus, salas de espectáculo e outros espaços de cultura.

Responsáveis: MC / DG. Artes

Parceria: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: Realização dos eventos; número de participantes e número de visitantes.

Medida não implementada.

2.1.4. ESTRATÉGIA nº 1.4, “Promover uma sociedade mais tolerante para a deficiência”

Medidas de Prevenção

31. Desenvolvimento de campanhas nacionais a favor da não discriminação das pessoas com deficiências e ou incapacidades.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Realização de campanhas.

Procedeu-se à elaboração do 1º relatório sobre a aplicação da Lei nº 46/2006, de 28 de Agosto, que pune e proíbe a discriminação relativo ao ano de 2007 e sua divulgação via Internet, e em seminários e sessões de esclarecimento sobre a aplicação da Lei nº 46/2006, de 28 de Agosto, que pune e proíbe a discriminação (Instituições Universitárias, Autarquias Locais e Organizações Não Governamentais) e da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Workshops e Seminários).

32. Consolidação e desenvolvimento do projecto «Escola Alerta!», tendo por objectivo a sensibilização dos alunos dos ensinos básico e secundário.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parceiros: ME/DRE (Continente e R. Autónomas); MAI / Governos Civis

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Evolução anual do número de participantes no programa; número de escolas; número de trabalhos; número de professores envolvidos.

No ano lectivo 2007/2008, “Escola Alerta!” voltou a integrar um concurso com atribuição de prémios, através do qual os alunos, sob a orientação de professores, foram estimulados a realizar trabalhos onde identificavam e inventariavam as barreiras multiformes (urbanísticas, arquitectónicas, de comunicação e sociais) existentes, na escola, na rua ou bairro de residência, nos transportes ou noutros espaços públicos, e a propor soluções/compromissos para a sua eliminação, conforme previsto no respectivo Regulamento.

Os resultados do “Escola Alerta!” 2007/2008 foram particularmente reveladores do crescente interesse que este concurso tem suscitado junto das escolas e das comunidades envolventes, verificando-se um significativo aumento da participação face a 2006/07, quer se considere o número de trabalhos apresentados a concurso e as escolas envolvidas, quer se atenda ao número de alunos e de docentes implicados.

No que concerne à dimensão territorial da participação no “Escola Alerta!”, verifica-se que 2007/2008 foi o primeiro ano lectivo em que estiveram envolvidos os 18 Distritos e as duas Regiões Autónomas, através de escolas localizadas em 69 Concelhos.

Em 2008, os custos com os prémios aos concorrentes e vencedores do concurso passaram a ser assumidos na íntegra pelo INR, I.P.

Quadro nº 17
Encargos Financeiros Programa Escola Alerta

Despesas suportadas pelo INR – OSS/OE	Valores (€)
Prémios Distritais/Regionais e Nacionais:	
- Medalhas e Taças	1.583,45
- Prémio pecuniário	23.400
Divulgação:	
- Reprodução de um DVD (SPA e IGAC)	*1.347,50
- Acções de divulgação do Projecto a nível nacional - Deslocações	84,50
- Produção de material de divulgação (folhetos, cartazes, brindes institucionais e outros).	2.660,65
Custos com pessoal	13.144,27
Total	42.220,37

Nota: * Este montante não engloba as despesas decorrentes da produção e reprodução física do DVD, as quais constam do Relatório de 2006/2007.

Quadro nº 18
Evolução do programa Escola Alerta

Indicadores	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	Varição em % de 2004/2005 a 2005/2006	Varição em % de 2005/2006 a 2006/2007	Varição em % de 2006/2007 a 2007/2008	Varição em % de 2004/2005 a 2007/2008
Trabalhos concorrentes	54	89	104	142	+ 64,8	+ 16,9	+ 36,5	+ 163
Escolas concorrentes	49	93	98	110	+89,8	+ 5,4	+ 12,2	+ 124,5
Alunos participantes	732	1741	2025	2780	+137,8	+ 16,1	+ 37,3	+ 279,8
Professores/ orientadores	108	210	218	280	+ 94,4	+ 3,8	+ 29	+ 159,3
Trabalhos premiados	21	28	30	34	+ 33,3	+ 7,1	+ 13,3	+ 61,9

Medidas de Reparação

33. Investimento na formação dos agentes da comunicação social, promovendo a realização de acções específicas para o efeito, nomeadamente através do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR).

Responsáveis: MAP / GMCS / CENJOR

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: Programa de formação; número de acções de formação e número de formandos.

Realizou-se uma acção de formação

Data: 11 a 20 de Março de 2008

Duração: 16 horas

N.º de formandos: 18

Local: Auditório do Instituto Nacional para a Reabilitação

O CENJOR e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) organizaram em Março um seminário, com a participação de técnicos e especialistas, sobre a problemática da deficiência e incapacidade, com abordagens sobre direitos e questões éticas a problemas específicos como as acessibilidades.

Este seminário de aperfeiçoamento foi uma oportunidade de valorização profissional e teve quatro sessões. Decorreu nas instalações do Instituto Nacional para a Reabilitação, em Lisboa, e contou com uma visita de trabalho a uma instituição.

Instrumentos

34. Desenvolvimento de um programa de divulgação/informação sobre o Plano Nacional de Promoção das Acessibilidades.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: programa de divulgação.

1. Criação e produção gráfica de:

- 15.000 Publicações PNPA
- 15.000 Folhetos PNPA
- 12.500 Cartazes PNPA enviados para divulgação nos transportes públicos: Carris, CP, Metro Lisboa e Porto, Transtejo, STCP e Rede Nacional de Expressos

2. Organização e Coordenação da Conferência “Portugal mais acessível”, que ocorreu no dia 8 de Outubro de 2008, no Pavilhão Atlântico em Lisboa. Esta iniciativa juntou decisores políticos, agentes autárquicos e peritos nacionais e espanhóis com o objectivo de reforçar a transversalidade da acessibilidade a todas as áreas de intervenção política a nível central e local, bem como divulgar boas práticas nacionais.

35. Qualificação do programa televisivo Consigo.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Serviço: MAP / RTP

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: evolução da taxa de audiências.

Tem-se feito o visionamento e acompanhamento dos programas do Consigo. Irão ser realizados 52 Programas do CONSIGO. Durante os meses de Julho a Setembro o programa foi retransmitido durante a semana.

Quadro nº 19
Audiências e Share do Programa “Consigo” 2007/2008

Meses	Milhares de Espectadores		Share Consigo %		Share RTP2 %	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Janeiro	51,28	85,8	3,6	5,3	5,3	4,7
Fevereiro	67,48	100,2	4,4	6,5	5,5	4,7
Março	65,50	93,3	4,5	6,3	4,2	5,6
Abril	64,38	79,7	4,9	5,5	5,2	4,7
Maior	65,33	77,5	4,1	4,9	4,6	4,9

Junho	70,10	81,0	4,6	5,3	5,4	4,5
Julho	69,18	76,4	4,7	5,4	5,2	5,3
Agosto	88,15	41,2	6,6	5,5	5,9	7,3
Setembro	81,30	106,1	5,1	7,7	5,8	5,1
Outubro	84,37	73,3	5,7	5,6	5,6	4,2
Novembro	69,60	72,7	5,5	5,6	4,7	5,5
Dezembro	82,58	73,2	6,1	4,7	4,8	3,8

36. Criação de um prémio de jornalismo no âmbito da deficiência e ou incapacidade, a atribuir anualmente, distinguindo a responsabilidade social dos meios de comunicação social.

Responsáveis: MAP / GMCS

Parceiros: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: lançamento do prémio.

Medida não implementada.

2.2. EIXO nº 2 - “Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral”

2.2.1. ESTRATÉGIA nº 2.1. - “Educação para Todos – Assegurar condições de acesso e frequência por parte dos alunos com necessidades especiais aos/nos estabelecimentos de educação desde o pré-escolar ao ensino superior”

Medidas de Prevenção

37. Compatibilização e unificação da atribuição de ajudas técnicas para alunos no âmbito das estruturas educativas com o sistema supletivo de atribuição e financiamento de ajudas técnicas.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parceiros: ME; MS; MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2007-2008

Indicador: inclusão do ME no sistema de atribuição de ajudas técnicas / tecnologias de apoio.

O Despacho n.º 26 950/2007 de 26 Novembro criou o Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo INR, I.P., integrando, para além, da DGS, IEFP, I.P., ISS, I.P. e INR, I.P., um representante do Ministério da Educação, com vista a elaborar uma proposta de soluções legislativas, regulamentares e técnicas ao sistema supletivo de Ajudas Técnicas/Tecnologias de Apoio, visando o seu alargamento ao contexto escolar, no âmbito do ME. O GT iniciou o seu funcionamento em Março de 2008, contando, ainda, com a colaboração do Instituto de Informática, I.P. (II, IP) e procedeu à concepção de um sistema integrado para as ajudas técnicas/tecnologias de apoio, englobando os diferentes sectores, inclusive as estruturas educativas do ME, tendo em vista um funcionamento mais coerente e equitativo, de que resulte de uma maior articulação entre as entidades que tutelam o sistema.

O respectivo relatório foi entregue às tutelas (MS;MTSS; ME) e aguarda-se a aprovação superior da proposta de um Sistema Integrado de Produtos de Apoio/ajudas técnicas/tecnologias de apoio (SIPA).

O Sistema Integrado de Produtos de Apoio (SIPA) proposto pelo GT, e que consta no referido Relatório que foi entregue às tutelas (MS;MTSS; ME), contempla a inclusão do ME no sistema de atribuição de ajudas técnicas/tecnologias de apoio.

38. Elaboração e divulgação de um manual de acolhimento com informação sobre os apoios existentes nas instituições de ensino superior para estudantes com deficiências e ou incapacidades, incluindo um código de boas práticas.

Responsáveis: MCTES / DGES

Parceiros: MTSS / INR, I.P; GTAEDES

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação do manual.

Foi lançado pela DGES um inquérito, em Abril de 2007, a todas as instituições de ensino superior, que procedeu à análise das respostas que irão servir de referência para os conteúdos do Manual.

Em 2008 não foi disponibilizada informação sobre o desenvolvimento desta medida.

Medida não implementada.

Medidas de Reparação

39. Elaboração de um novo enquadramento legislativo que contemple o regime de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) permanentes, através da revisão do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, e de outros diplomas debruçados sobre a temática.

Responsáveis: ME / DGIDC

Prazo de Execução: 2007

Indicador: Publicação do Diploma

Foi feita a análise da legislação em vigor e elaborada proposta de alterações ao Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, e de outros diplomas regulamentadores deste. O novo diploma, o Decreto-Lei n.º 3/2008, foi aprovado por RCM a 27 de Setembro de 2007 e publicado em 7 de Janeiro de 2007.

Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

40. Alargamento de unidades especializadas em escolas de referência para apoio a alunos com multideficiência e espectro do autismo.

Responsáveis: ME / DGIDC

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicadores: evolução do número de unidades por ciclo de ensino e número de crianças abrangidas.

Quadro nº 20
Evolução das unidades especializadas

Ano lectivo	Unidades em funcionamento	Alunos abrangidos (crianças/jovens)
2005/2006	Dados não disponíveis*	
2006/2007	72	337
2007/2008	163 (multideficiência) 99 (autismo)	827 494
2008/2009	378	1410

* Em 2005/06 não existiam unidades especializadas em multideficiência. Existiam salas de apoio que recebiam alunos com alterações nas funções mentais.

As **378 unidades especializadas** abrangem um total de **1410 alunos**.

Verifica-se um **crescimento de 67,2%** face ao número de unidades em funcionamento no ano lectivo anterior.

41. Consolidação e desenvolvimento do modelo dos centros de recursos no processo de reconversão das instituições de educação especial: implementação de 25 centros de recursos para as necessidades especiais de educação em agrupamentos de referência.

Responsáveis: ME / DGIDC

Prazo de Execução: 2008 - 2009.

Indicador: número de escolas reconvertidas e número de alunos abrangidos; evolução da implementação dos centros de recursos.

- a) 25 Centros de Recursos TIC para a Educação Especial: Estão todos criados e em funcionamento.
- b) Centros de Recursos para a Inclusão por reconversão das escolas especiais: o processo está em curso. Foi publicado o Aviso nº 22914/2008, DR, 2ª. Série, nº 170, de 3 de Setembro, estando neste momento em curso o processo de análise das candidaturas.
O processo decorre conforme data prevista não sendo notado, até ao momento, qualquer atraso.

Quadro nº 21
Centros de Recursos TIC para a Educação Especial

DRE	Nº Centros TIC
DREN	7
DREC	7
DRELVT	7
DREA	3
DREALG	1
TOTAL	25

42. Aumento da oferta de manuais escolares e de livros de leitura extensiva em formato digital para alunos cegos e com baixa visão.

Responsáveis: ME / DGIDC

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicadores: evolução do número de manuais escolares e livros de leitura extensiva em formato digital.

Foram satisfeitos os pedidos dos alunos e escolas no que respeita a manuais escolares em formatos adaptados. Foram enviados às escolas 18.000 volumes em Braille e caracteres ampliados, 4000 em CD, 250 em sistema Daisy.

43. Consagração legal de um regime de apoio adequado aos alunos com necessidades especiais que frequentam o ensino superior público e privado.

Responsáveis: MCTES / DGES

Parcerias: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: publicação do diploma

Medida não implementada.

Instrumentos

44. Consolidação do ensino bilingue para surdos: língua gestual portuguesa e língua portuguesa, mediante a elaboração de um programa de língua gestual portuguesa.

Responsáveis: ME / DGIDC

Prazo de Execução: 2007

Indicador: número de alunos com surdez severa e profunda que frequentam escolas e jardins-de-infância integrados em unidades de apoio à educação de alunos surdos na educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário.

A execução da Medida iniciou-se em Junho de 2006, com a contratação de uma equipa de autores e com a coordenação da elaboração do Programa de LGP para a educação Pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Foi concluída a versão final do Programa de LGP para a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico, no início de Janeiro de 2007.

Foi constituída uma equipa de autores para a elaboração do programa de LGP do 2º Ciclo do EB, em Janeiro de 2007, e apresentada a proposta de programa, no final de Abril de 2007.

Iniciou-se em Maio de 2007, a constituição da equipa de autores e o desenvolvimento do Programa de LGP para o 3º Ciclo do EB.

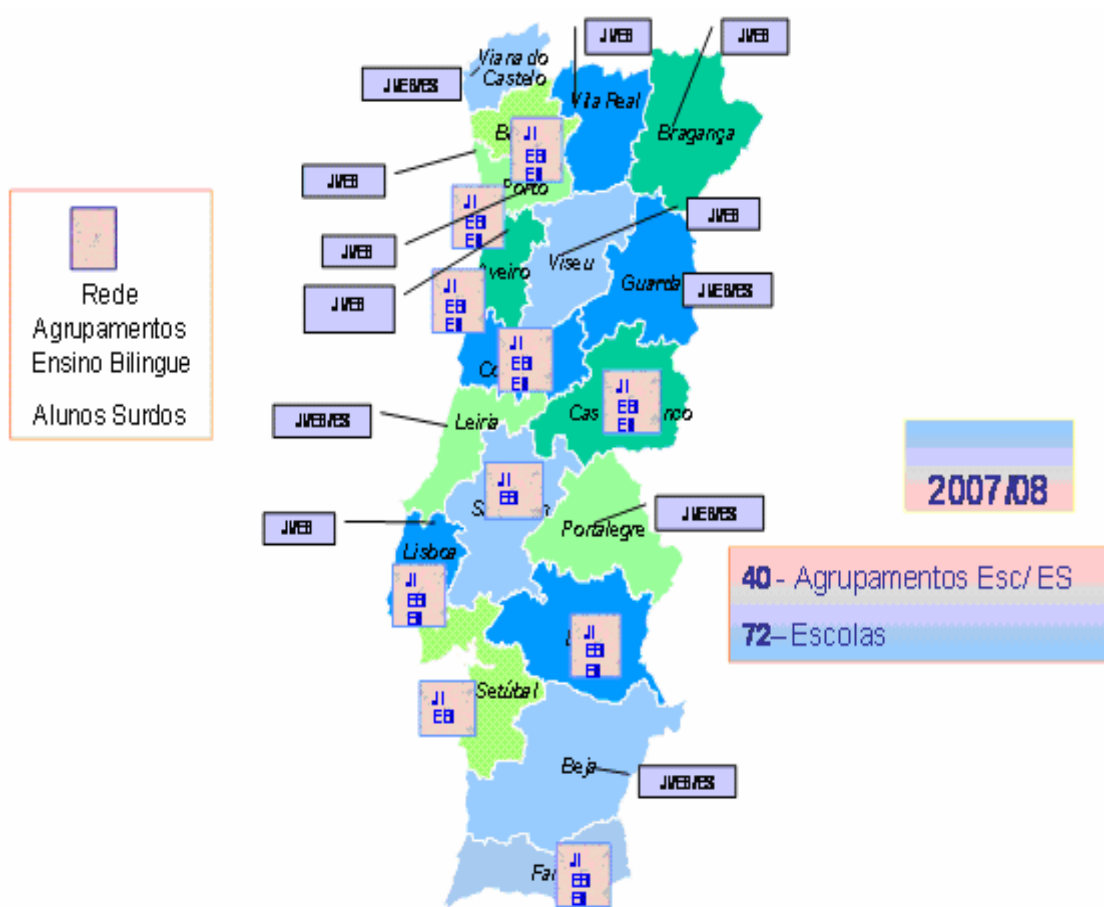
Foi concluído o processo de filmagens / gravações e montagem da história em LGP “O Rato e a Lua”, para produção de vídeo e DVD, em Março de 2007.

Foi elaborado o guião para a história em LGP e realizadas as filmagens da história “O Capuchinho Vermelho”, em Abril de 2007.

Foi elaborado DVD com as duas histórias em LGP, em Junho de 2007.

Foi criada rede de Escolas de Referência para o Ensino Bilingue de alunos surdos.

Mapa nº 1
Rede de Escolas de Referência para o ensino Bilingue de Alunos Surdos



2.2.2. ESTRATÉGIA nº 2.2, “Qualificação e emprego” – Dotar as pessoas com deficiências e ou incapacidades de conhecimentos e competências necessários à obtenção de uma qualificação profissional que lhes permita alcançar e ou manter um emprego e progredir profissionalmente no mercado de trabalho”

2.2.2.1. Linha de Acção nº 2.2.1

“Intervenção em programas que incidem no desenvolvimento pessoal e profissional”

Medidas de Prevenção

45. Desenvolvimento de uma metodologia de avaliação (capacidade produtiva e ou orientação profissional) de acordo com a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) /Organização Mundial de Saúde (OMS), integrada no programa de informação, avaliação e orientação profissional.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: desenvolvimento da metodologia; número de pessoas avaliadas de acordo com este método

IAOP (Orientação Profissional):

Foi aprovado o regulamento de concessão de apoios pelo IEFP, IP aos Centros de Recursos para acções de informação, avaliação e orientação profissional, apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação de pessoas com deficiências e ou incapacidades;

Foi elaborado e consensualizado com as entidades credenciadas pelo IEFP como Centros de recursos o texto do Acordo de Cooperação a celebrar entre o IEFP, I.P. e os Centros de Recursos e cujo processo de assinatura está em curso;

Foram elaborados os formulários de suporte ao desenvolvimento das acções, designadamente os relatórios individuais/ finais a apresentar pelos Centros de Recurso, que foram elaborados, tendo por base o modelo de organização da informação e conceitos da CIF.

Foi ainda produzido um documento de reflexão sobre a utilização da CIF pelo IEFP visando a disponibilização de dados estatísticos pelo IEFP.

Avaliação da Capacidade Produtiva

Está concluída uma Metodologia para avaliação da capacidade produtiva da pessoa com deficiência para efeitos de integração em regime de emprego protegido e de avaliação da capacidade de trabalho reduzida, prevista no código do trabalho.

Construção de um questionário (análise do posto de trabalho e avaliação da pessoa com deficiência e incapacidade e respectivo auxiliar de preenchimento com base na CIF).

No âmbito da metodologia ainda em curso foram abrangidas, nos anos de 2006 a 2008, por acções de informação, avaliação e orientação profissional, o total de pessoas constante do quadro seguinte:

Quadro nº 22
Evolução do nº de pessoas abrangidas em acções de Informação, Avaliação e Orientação Profissional

	2006	2007	2008(Outubro)
N.º Pessoas abrangidas	1.034	1.155	1.133

Fonte: Departamento Financeiro e de Controlo de Gestão (IEFP)

Prevê-se que a avaliação de acordo com a nova metodologia venha a iniciar-se em 2009.

Medidas de Reparação

46. Criação de condições de acessibilidade e frequência aos/dos cursos e acções de formação inicial ou contínua destinadas à população em geral em parceria com os Centros de Recursos credenciados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: número de formandos com deficiência integrados nos cursos e acções a regular

Contactos entre Centros de Formação Profissional de Gestão Directa, Centros de Recursos Especializados (CRE) e CNO Inclusivos, mediados pelo Departamento de Formação Profissional – Direcção de Serviços de Coordenação da Oferta Formativa (FP-CF), para a concretização de encaminhamentos, realizados a pessoas com deficiências e ou incapacidades, para ofertas regulares de formação profissional.

Reunião entre 2 Centros de Formação Profissional (Sector Terciário e CEPRA), um CRE (Associação Portuguesa de Surdos – APS) e um CNO Inclusivo (Casa Pia de Lisboa),

mediados pelo FP-CF, para a integração de surdos em ofertas de formação regular, que contenham complementos formativos e apoios curriculares adequados às características e necessidades de cada pessoa.

Inclusão nas orientações emitidas para a elaboração do Plano de Actividades dos Centros de Formação Profissional, de uma referência expressa à necessidade de integração nas suas acções de formação profissional, pessoas com deficiências e ou incapacidades.

Identificação e selecção de um conjunto de pessoas com deficiências sensoriais, pelo CNO da Casa Pia em articulação com os CRE, APS e ACAPO, para frequência de acções de formação da oferta formativa regular.

Quadro nº 23

Evolução do nº de pessoas que frequentaram cursos e acções de formação inicial ou contínua destinadas à população em geral

	2006	2007	2008 (Outubro)
N.º Pessoas abrangidas	n.d.	1.032	1.078

Fonte: Departamento Financeiro e de Controlo de Gestão (IEFP)

47. Integração, no Catálogo Nacional de Qualificações, de percursos de qualificação ajustados às pessoas com deficiências e ou incapacidades.

Responsáveis: MTSS / ME - ANQ

Prazo de Execução: 2008

Indicadores: adaptação do catálogo e aplicação do mesmo às pessoas com deficiências e ou incapacidades; número de acções de formação desenvolvidas no âmbito desta metodologia; resultados percentuais de integração de formandos certificados no âmbito desta metodologia

Foi criado um grupo de trabalho coordenado pelo IEFP, I.P, com o objectivo de operacionalizar o Projecto “Organização da Formação e Certificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades” que visa o desenvolvimento de um conjunto de actividades que possibilitem o ajustamento dos referenciais do Catálogo às necessidades de formação de pessoas com deficiência ou incapacidades, de modo a garantir a respectiva certificação no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

Estão previstas as seguintes actividades:

- Integração em referenciais e saídas profissionais já existentes no Catálogo de adequações curriculares que facilitem a qualificação destes públicos;
- Flexibilização do Catálogo através da possibilidade de substituição de unidades de formação previstas nos referenciais, por outras de igual valor na prática profissional e para efeitos de certificação;
- Concepção de referenciais específicos para este público-alvo, a partir de adequações dos já existentes no Catálogo, e/ou pela substituição de unidades de formação por outras de carácter transversal;
- Acompanhamento do projecto de organização da formação e certificação das pessoas com deficiência ou incapacidades tendo em vista a sua qualificação para efeitos de acesso ao trabalho

Realizou-se uma reunião preliminar de articulação entre o IEFP e a ANQ em Outubro de 2008, estando agendada uma reunião do grupo de trabalho para Janeiro de 2009.

48. Criação de um instrumento de referência nacional que permita o acesso por pessoas com deficiências e ou incapacidades ao sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências, criando, ao mesmo tempo, cinco centros novas oportunidades (CNO) para testar e validar esse instrumento.

Responsáveis: MTSS

Parcerias: DGICD; ANQ / INR, I.P. / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: construção do instrumento de referência.

Com o Despacho nº 29176/2007 de 21 de Dezembro ficou clarificada a necessidade da elaboração de um documento que operacionalizasse a adequação do RCC – nível básico a pessoas com deficiência ou incapacidade, designado por Instrumento de Referência. De imediato se deu início à tramitação para a elaboração do referido Instrumento, tendo sido apresentada uma proposta de Prestação de Serviços, a 16/1/2008, cuja metodologia assentava numa interacção com as entidades protocoladas, numa lógica de consultoria-formativa, com a realização de sessões de consultoria que potenciassesem a elaboração dos contributos de cada entidade.

A Comissão de Acompanhamento é constituída, de acordo com o ponto 14 do referido Despacho, por dois representantes da Agência Nacional para a Qualificação, I.P., um representante do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., um representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. e um representante da Direcção-Geral para a Inovação e Desenvolvimento Curricular.

1. Elaboração do Instrumento de Referência

Em processo de finalização.

2. Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Formativa

Ao abrigo do Despacho nº 29176/2007 de 21 de Dezembro, foram introduzidas alterações na ficha de inscrição, do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Formativa (SIGO), criando-se um campo para a identificação da deficiência e /ou incapacidade dos adultos que necessitem de apoios específicos, a saber: deficiência sensorial, deficiência mental, doença mental, incapacidade motora e sensorial e paralisia cerebral e doenças neurológicas.

3. Dados estatísticos

Pontos de situação trimestrais para conhecimento da realidade de cada Centro em termos do número de pessoas com deficiências e ou incapacidades inscritas, em processo, encaminhadas, desistentes e certificadas no âmbito dos CNO inclusivos.

Quadro nº 24
CNO inclusivos (DEZ.08)

Estado	ASMAL	CRPG	APCC	ARRÀBIDA	CASA PIA	TOTAL
Inscritos	6	2	2	62	145	217
Em Diagnóstico	1	47	12	6	16	82
Em Reconhecimento	3	37	-	11	34	85
Validação Pedida	-	-	-	-	-	-

Certificados	-	11	1	3	30	45
Encaminhados	1	9	12	-	21	43
Desistências	-	13	-	-	2	15
Transferidos	-	18	-	-	4	22
Total	11	137	27	82	252	509

Instrumentos

49. Criação de um programa de transição para a vida activa ao nível das diferentes medidas de oferta formativa qualificante

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Parceria: ME / DGIDC

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicadores: criação do programa; número de jovens abrangidos.

Estabelecimento de um primeiro contacto com o Ministério da Educação no sentido de analisar a proposta aqui estabelecida.

50. Desenvolvimento de um programa de intervenção a nível da readaptação ao trabalho em 10 centros de reabilitação profissional a nível nacional. Nível de abrangência: 800 pessoas.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2008

Indicador: número de trabalhadores abrangidos pelo programa de readaptação.

Esta medida, nos termos do Regulamento de concessão de apoios pelo IEFP, I. P., aos Centros de Recursos para acções de informação, avaliação e orientação profissional, apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação de pessoas com deficiências e ou incapacidades, publicado em anexo ao despacho nº 279/2009 dos Gabinetes dos Srs. Secretários de Estado do Emprego e da Formação Profissional e Adjunta e da Reabilitação, deixou de ser objecto de apoio financeiro do IEFP.

2.2.2.2. Linha de acção nº 2.2.2

“ **Intervenção nos programas que incidem no mercado de trabalho e garantia dos direitos e das condições de trabalho dos trabalhadores com deficiência ou doença crónica e dos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida.**”

Medidas de Prevenção

51. Estabelecimento de protocolos com as grandes empresas nacionais, definindo a sua participação ao nível da contratação de pessoas com deficiências e ou incapacidades, no âmbito da responsabilidade social das empresas. Nível de abrangência: 20 empresas, 400 estágios e 200 integrações profissionais.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de protocolos assinados; número de estágios e número de integrações profissionais.

Foram assinados **17 Protocolos** com empresas dos quais **1 em 2007** e **16 em 2008**

- MTSS/IEFP – MILLENIUM BCP
- MTSS/IEFP – EPAL
- MTSS/IEFP – CP
- MTSS/IEFP – CARRIS
- MTSS/IEFP – CAIXA GERAL DEPÓSITOS
- MTSS/IEFP – MRW
- MTSS/IEFP – CHAMARTIN
- MTSS/IEFP – EL CORTE INGLES
- MTSS/IEFP – IBM
- MTSS/IEFP – MICROSOFT
- MTSS/IEFP – DELTA
- MTSS/IEFP – JERONIMO MARTINS
- MTSS/IEFP – CTT
- MTSS/IEFP – EDP
- MTSS/IEFP – AUCHAN PORTUGAL

- MTSS/IEFP – PORTUGAL TELECOM
- MTSS/IEFP – GALP ENERGIA

Foram nomeadas as comissões de acompanhamento de 9 Protocolos e definidos os planos de actividade para 2008/2009, no âmbito de 2 protocolos.

Relativamente aos restantes 8 Protocolos, aguarda-se a indicação pelas empresas dos seus representantes, na comissão de acompanhamento dos respectivos Protocolos.

No contexto do Protocolo assinado com o Millenium BCP, realizaram-se várias reuniões de trabalho e foram enviados pelo IEFP, IP vários currículos de pessoas com deficiência, para efeitos de avaliação e integração no call center do Millenium. Foi efectuada uma avaliação das condições de acessibilidade às instalações e da eventual necessidade de adaptação dos postos de trabalho para efeitos de integração das pessoas com deficiência, tendo-se concluído que estas reuniam na generalidade condições de acessibilidade. Porém, no que concerne às pessoas cegas e com baixa visão, concluiu-se ser necessário proceder a algumas adaptações do posto de trabalho.

Está neste momento em elaboração um plano de trabalho tendo em consideração o contexto actual do Banco. No contexto do protocolo assinado com a EPAL, esta empresa privilegiará a realização de estágios profissionais como instrumento para as pessoas com deficiência na empresa.

Até ao momento foram já integradas 4 pessoas com deficiência, das quais uma em estágio profissional e 3 através de contrato.

Medidas de Reparação

52. Desenvolvimento de formação complementar em empreendedorismo, visando a aquisição de competências e conhecimentos na área da iniciativa empresarial

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução 2008-2009

Indicador: número de pessoas com deficiência certificadas em empreendedorismo; número de acções em empreendedorismo, enquadradas pelo referencial, desenvolvidas em centros de formação profissional (CFP) e centros de reabilitação profissional (CRP).

Instrumentos

53. Redefinição da regulamentação do programa de emprego protegido e respectivos apoios técnicos e financeiros.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação do diploma

Foi elaborado documento com as linhas orientadores de reformulação das políticas de emprego e formação profissional de pessoas com deficiência e, com base, neste documento iniciou-se a elaboração de um ante-projecto de diploma dos programas e medidas de apoio ao emprego das pessoas com deficiência que integra o emprego protegido que está em fase de análise.

A proposta foi submetida a consulta do Conselho Económico e Social em Dezembro de 2008. Aguarda-se a apresentação de pareceres.

54. Reforço de intervenção ao nível do programa de apoio à colocação e acompanhamento pós – colocação.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicadores: número de acções de informação/sensibilização; número de acordos e protocolos celebrados; número de pessoas abrangidas.

Foi aprovado o regulamento de concessão de apoios pelo IEFP, IP aos Centros de Recursos para acções de informação, avaliação e orientação profissional, apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação e readaptação ao trabalho de pessoas com deficiências e incapacidade.

Foi elaborado e consensualizado com as entidades credenciadas pelo IEFP como Centros de recursos o texto do Acordo de Cooperação a celebrar entre o IEFP, I.P. e os Centros de Recursos e cujo processo de assinatura está em curso.

Foram elaborados os diversos instrumentos de suporte às acções de apoio à colocação e acompanhamento pós colocação nomeadamente:

- Formulários que suportam o processo de articulação entre os Centros de Emprego e Centros de recursos (pedido de intervenção do Centro de Emprego ao CR, relatório individual a enviar pelos Centros de recursos ao respectivo Centro de emprego dando conta dos resultados da intervenção);
- Pedido de reembolso;
- Plano de acção;
- Relatório semestral e relatório anual.

Quadro nº 25
Evolução do n.º de pessoas abrangidas em acções de apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação

	2006	2007	2008 (3.º Trim.)
N.º Pessoas abrangidas	1 092	1 325	1 127

55. Regulamentação dos direitos e das condições de trabalho dos trabalhadores com deficiência ou doença crónica e dos trabalhadores com capacidade de trabalho.

Responsáveis: MTSS

Parceria: INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação do diploma

Na sequência da apresentação do Livro Branco sobre as relações Laborais em Novembro de 2007, encontra-se em fase de elaboração um projecto de diploma que será apresentado no contexto da revisão do Código de Trabalho.

Em 2008 não se verificaram desenvolvimentos desta medida. A regulamentação deverá ser adoptada depois da entrada em vigor do Código de Trabalho em 2009.

2.2.3. Estratégia nº 2.3, “Informação e formação profissionais – habilitar os profissionais com as competências específicas que permitam melhorar o atendimento das pessoas com deficiências e ou incapacidades”

Medidas de Prevenção

56. Desenvolvimento de acções de formação para os técnicos dos centros de emprego e centros de formação profissional, dotando-os de competências e conhecimentos nesta área que melhorem o atendimento e acompanhamento.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de formandos abrangidos

Reestruturação/Concepção de um programa de formação em reabilitação profissional que assente na lógica de abordagem biopsicosocial da deficiência e incapacidade para os técnicos dos CTE's e CFP e introduza conceptualmente as formas de operacionalização, avaliação e classificação das deficiências previstas na Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Proposta de Programa de formação sobre “A problemática de reabilitação profissional e a classificação Internacional da funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF)”.

Elaboração de um Programa de Formação para os Técnicos dos Centros de Emprego e CFP que integra os conceitos e terminologia da CIF. No contexto das acções desenvolvidas para técnicos superiores e técnicos administrativos foram abrangidos 75 Técnicos superiores e 70 Técnicos administrativos=145 formandos

57. Qualificação dos profissionais que irão desempenhar funções de atendimento e acompanhamento social nos centros distritais de segurança social através de cursos de formação em língua gestual para ouvintes; 1.ª fase: 40 técnicos; 2.ª fase: 40 técnicos.

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de técnicos abrangidos por cursos de formação de língua gestual.

Realização de 3 Cursos de língua gestual (Porto em Março/08; Castelo Branco em Abril/08; Lisboa em Maio/08), abrangendo 34 técnicos. (2 Aveiro, 1 Beja, 1 Braga, 4 Castelo Branco, 2 Coimbra, 2 Évora, 2 Faro, 2 Guarda, 3 Leiria, 1 Lisboa, 2 Portalegre, 2 Porto, 2 Santarém, 2 Setúbal, 1 Viana do Castelo, 1 Viseu, 4 Serviços Centrais.

58. Desenvolvimento de acções de formação para os técnicos e dirigentes das entidades de reabilitação profissional bem como dos formadores que realizem acções de formação no âmbito da reabilitação profissional.

Responsáveis: MTSS / IEFP, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicadores: número de acções de formação realizadas; número de técnicos abrangidos

O lançamento da Tipologia 6.4/8.6.4/9.6.4 - Qualidade dos Serviços e Organizações – Formação e Sensibilização de Técnicos e Outros Profissionais de reabilitação Profissional, ao abrigo dos Eixos 6, 8 e 9 do POPH do qual o IEFP foi designado Organismo Intermédio, veio permitir às entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos o desenvolvimento de acções de formação profissional e acções de sensibilização dirigidas a técnicos e outros profissionais de reabilitação profissional.

N.º formandos abrangidos em 2008: **1.500** (dados estimados)

59. Criação do enquadramento legislativo da formação de técnicos em reeducação por zooterapia.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação do diploma.

Encontra-se para apreciação um estudo com projecto de proposta para elaboração de diploma.

Medidas de Reparação

60. Implementação de uma bolsa de intérpretes de língua gestual portuguesa (LGP), possibilitando às pessoas surdas o acesso aos serviços de formação e emprego e disponibilizando intérpretes qualificados às entidades e organizações. Nível de abrangência: 40 intérpretes de LGP.

Responsáveis: MTSS / IEFPP, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: número de pessoas surdas a recorrer à bolsa de intérpretes de LGP; número de entidades e organizações a recorrer à bolsa de intérpretes de LGP; número de serviços a recorrer à bolsa de intérpretes de LGP.

Revisão do Projecto de Regulamento da Bolsa de Intérpretes de LGP e instrumentos necessários à sua implementação experimental.

2.3. EIXO nº 3 - “Habilitar e assegurar condições de vida dignas”

2.3.1. Estratégia nº 3.1. - “Protecção e solidariedade social”

2.3.1.1. Linha de Acção nº 3.1.1

“ Desenvolver medidas e acções específicas que favoreçam a qualidade de vida das pessoas com deficiências e ou incapacidades e das suas famílias no acesso aos direitos, aos recursos, aos bens e aos serviços”

Medidas de Prevenção

61. Criação e implementação, nos centros distritais de segurança social, da figura do «técnico de referência», devidamente qualificado, e como entidade mediadora, que apoie as pessoas com deficiências e ou incapacidades e as suas famílias e dinamize o desenvolvimento e a implementação de um plano individualizado.

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: número de técnicos de referência por centro distrital.

À excepção dos distritos de Portalegre e Vila Real, nos quais existe 1 técnico de referência em cada um, os restantes Centros Distritais do ISS, IP têm dois técnicos de referência cada. No total, existem, pois, 34 técnicos de referência nos 18 Centros Distritais do ISS, IP.

O quadro seguinte apresenta a distribuição geográfica e os respectivos nomes e contactos dos referidos técnicos *:

Quadro nº 26

PAIPDI / TÉCNICOS DE REFERÊNCIA

CDSS do ISS, IP	Nome	e-mail	Telefone
Aveiro	Maria Ivone lemos Cardoso	M.Ivone.Cardoso@seg-social.pt	234 556143
	Célia Adelina Couto Soares	Celia.A.Soares@seg-social.pt	256 300 100
Beja	Bárbara F. Machado	Barbara.F.Machado@seg-social.pt	284 312700 (ext.135)
	Maria da Graça Silva	M.Graca.Silva@seg-social.pt	284 312700 (ext.306)
Braga	Maria da Graça Machado	graca.s.machado@seg-social.pt	
	Carlos Manuel Araújo	carlos.m.araujo@seg-social.pt	
Bragança	Olga de Jesus Xavier	olga.j.xavier@seg-social.pt	273 302000

	Maria Adelaide Gonçalves Fernandes	m.adelaide.fernandes@seg-social.pt	
Castelo Branco	Gabriela Carla A. Duarte Prata	Gabriela.C.Prata@seg-social.pt	272 330488
	Ana Maria Correia D. Leitão Matias	Ana.M.Matias@seg-social.pt	272 330410

(cont.)

CDSS do ISS, IP	Nome	e-mail	Telefone
Coimbra	Anabela Rodrigues	Anabela.A.Fernandes@seg-social.pt	239 410800/803
	Maria Manuel Caramujo	M.Manuel.Caramujo@seg-social.pt	
Évora	Paula Maria Ribeiro Melo	paula.r.melo@seg-social.pt	266 760 306
	Ana Luísa Sousa Oliveira Fernandes	Ana.L.Oliveira@seg-social.pt	266 760 306
Faro	Ana Sofia Pina	ana.s.pina@seg-social.pt	289891400
	Maria Rosário Furtado Martins	M.Rfurtado.Martins@seg-social.pt	
Guarda	Maria Graça Salvador Andrade	M.Graca.Andrade@seg-social.pt	271232600 (ext.1483)
	Maria Graça Nuno Costa	M.Graca.Costa@seg-social.pt	271232600 (ext.1148)
Leiria	Clara Pitt	C.Pitt.Reis@seg-social.pt	244890700 (ext. 2233)
	Maria do Carmo de J. Palricas Costa	m.jesus.costa@seg-social.pt	
Lisboa	Maria Teresa Castanheira		218424238
	M. Teresa Silva Pedreño Ferreira	M.Teresa.Pedreno@seg-social.pt	
Portalegre	Elsa Sofia Pacheco São Pedro Martins	Elsa.S.Pedro@seg-social.pt	245339896
Porto	Célia Maria Ferreira Almeida e Sá	jose.joaquim.araujo@gmail.com	220908321
	Fernanda M. Carrazeda S. Peixoto		
Santarém	Maria Odete Mourato	M.Odete.Mourato@seg-social.pt	245339890
	Silvia Maria Marcelino	Silvia.M.Marcelino@seg-social.pt	
Setúbal	Silvia Santos de Brito Lopes	Silvia.s.lopes@seg-social.pt	265 530 300
	Aura Maria Duarte de Jesus	Aura.M.Jesus@seg-social.pt	
Viana do Castelo	Maria Emília Carvalho	M.Emilia.Carvalho@seg-social.pt	258 810300
	Rosa Maria Carvalhido	R.Maria.Rodrigues@seg-social.pt	
Vila Real	Fernando Almeida	Fernando.J.Almeida@seg-social.pt	
Viseu	Maria Antónia Oliveira Costa	Antonia.O.Costa@seg-social.pt	232 439400
	Neusa Daniela Ferraz Festas Abrantes	Neusa.D.Festas@seg-social.pt	232 880894

* Estes técnicos são os responsáveis pelo atendimento de acção social dos Serviços de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais

62. Criação de um serviço de atendimento para pessoas com deficiência nos 18 centros distritais de segurança social; 1.ª fase — implementação nos Centros Distritais de Segurança Social de Lisboa e do Porto; 2.ª fase — implementação nos restantes centros distritais de segurança social.

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de serviços de atendimento.

Em 2007 inaugurou-se o Serviços de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (SAPNE) de Lisboa.

Em 2008 foram criados 15 Serviços. Destes, dois não possuem ainda as necessárias condições físicas de acessibilidade:

- **Guarda** – não abriu ainda, apesar de já haver um posto de atendimento criado para o efeito, porque as acessibilidades, designadamente rampas de acesso a pessoas com mobilidade condicionada, ainda não estão concluídas. A rampa externa está dependente de obra da Câmara Municipal da Guarda.
- **Porto** – o posto de atendimento existe, mas ainda não foi oficialmente divulgado, nem colocada a sinalética existente para o efeito, apesar de já se ter verificado um atendimento nesse âmbito, pois o colaborador formado para o efeito encontra-se no posto de atendimento (acumula com outros atendimentos). Estão a decorrer os preparativos para o início da obra de adaptação da instalação sanitária para pessoas com necessidades especiais, bem como para o alargamento de uma porta de acesso ao PA-PNE.

Foram realizados 2 seminários sobre o tema “Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais” destinados aos técnicos de referência e aos responsáveis pelo Atendimento Geral que irão integrar estes serviços (06 de Novembro em Lisboa e 11 de Novembro no Porto), abrangendo um total de 68 formandos.

Medidas de Reparação

63. Alargamento de uma rede de Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD) e suas famílias, no âmbito das autarquias locais — Gabinetes Autárquicos de SIM-PD, através da celebração de acordos de parceria entre o MTSS e as autarquias.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2008

Indicador: evolução do número de SIM-PD criados nas Autarquias.

Mapa nº 2
Distribuição nacional de SIM-PD



Em 2008, encontram-se criados 25 SIM-PD, dos quais 12 são capitais de Distrito. Para além destes, mais 6 SIM-PD aguardam a sessão de assinatura do protocolo,

Quadro nº 27
Evolução do número de SIM-PD criados nas Autarquias

Ano de criação	Nº de SIM-PD
2005	3
2006	6

2007	7
2008	9
TOTAL	25

64. Revisão do actual regime jurídico da interdição e inabilitação, mediante aprovação e implementação de um novo regime de representação legal e matérias conexas, de maiores e menores em situação de incapacidade, que salvaguarde os seus legítimos interesses bem como os seus direitos e liberdades.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: MJ

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação do diploma.

A proposta de projecto de diploma encontra-se em apreciação para decisão

2.3.1.2. Linha de Acção nº 3.1.2

“ Reformulação e modernização do modelo de protecção social para a deficiência e ou incapacidade tendo em vista uma melhor racionalização na gestão e eficácia do sistema”

Medidas de Prevenção

65. Revisão do actual sistema das prestações familiares na eventualidade de deficiência e elaboração de novo regime jurídico.

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Parceiros: DGSS

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação de dispositivo legal.

Em 2008 foi feito um estudo de direito comparado com peritos europeus.

Medida não implementada.

66. Avaliação do desenvolvimento da intervenção precoce e da aplicação do despacho conjunto n.º 891/99, de 19 de Outubro, que aprovou as orientações reguladoras da intervenção precoce para crianças com deficiência ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e suas famílias.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: MS / DGS; ME / DGIDC; MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2006

Indicador: entrega do relatório.

No que diz respeito à Intervenção Precoce, a sua avaliação no período experimental de aplicação do Despacho Conjunto n.º 891/99 foi da responsabilidade de um Grupo Interdepartamental (GI), criado nos termos do despacho conjunto n.º 30/2006, de 11 de Janeiro, coordenado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), o qual integrou representantes dos três sectores (Saúde, Educação e Segurança Social).

Este Grupo procedeu à avaliação global do desenvolvimento da intervenção precoce durante o período experimental de aplicação do Despacho conjunto n.º 891/99, de 19 de Outubro e dos seus efeitos no desenvolvimento da intervenção precoce no nosso país, nos termos previstos neste mesmo despacho.

Em Novembro de 2006, foi apresentado às respectivas tutelas um Relatório circunstanciado, contendo, para além, da avaliação propriamente dita sobre a implementação do Despacho Conjunto n.º 891/99 a nível do país e a identificação dos principais constrangimentos e factores facilitadores, um conjunto de recomendações e de propostas.

67. Revisão do despacho conjunto n.º 891/99, de 19 de Outubro, e aplicação de um novo sistema nacional de intervenção precoce com actuação sectorial tripartida, de modo a cobrir as crianças com deficiências e ou incapacidades com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos.

Responsáveis: MTSS / ME / MS

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação do diploma; número de crianças abrangidas por número de crianças com deficiências e ou incapacidades

Aguarda-se publicação de decreto-lei da responsabilidade do MTSS/MS/ME, que irá substituir o despacho conjunto n.º 891/99, de 19 de Outubro.

Com o objectivo de aperfeiçoar e consolidar o modelo de intervenção precoce, visando reforçar a sua qualidade e adequação às necessidades existentes, durante o ano de 2008, foram desencadeadas as seguintes acções:

- Foram realizadas três acções de discussão e acompanhamento das práticas dos técnicos que enquadram a resposta Intervenção Precoce, abrangendo profissionais de nove Centros Distritais, estando calendarizadas mais duas acções para o mês de Novembro, dirigidas a profissionais de 6 Centros Distritais.
- Foi elaborado e enviado aos Centros Distritais um questionário que permitiu a recolha de informação sobre a resposta Intervenção Precoce, cujo respectivo Relatório se encontra em fase de redacção.
- Foram desenvolvidas duas acções de formação aprofundadas sobre a “Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF”, dirigida a colaboradores do ISS, I.P. a exercer funções nas áreas da Intervenção Precoce e da Deficiência, nos Centros Distritais de todo o país, que abrangeram 33 formandos pertencentes a 13 Centros Distritais, estando calendarizada nova acção que decorrerá durante o mês de Novembro dirigida a formandos de 5 Centros Distritais. Novembro de 2009? Em que CDSS?

Número de crianças abrangidas em 2008 pelo sistema de intervenção precoce abrangidas pelo financiamento do ISS: **3.650**

Valor total gasto: **5.595.196,0€**

Valor médio criança / mês: **127,1€**

Medidas de Reparação

68. Revisão do sistema supletivo de financiamento, prescrição e atribuição de ajudas técnicas e concepção de um novo sistema integrado.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: ME / DGIDC; MS / DGS

Prazo de Execução: 2008

Indicador: entrega do relatório.

O Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo INR, I.P., criado pelo Despacho nº 26 950/2007 de 26 Novembro do DR 2ª série, com vista a elaborar uma proposta de soluções legislativas, regulamentares e técnicas ao sistema supletivo de Ajudas Técnicas/Tecnologias de Apoio, a alargar ao contexto escolar, no âmbito do ME, iniciou o seu funcionamento em Março de 2008.

O GT integrando, para além, da DGS, IEFP, I.P., ISS, I.P. e INR, I.P., um representante do Ministério da Educação, contou, ainda, com a colaboração do Instituto de Informática, I.P. (II, IP) procedeu à concepção de um sistema integrado para as ajudas técnicas/tecnologias de apoio tendo em vista um funcionamento mais coerente e equitativo, de que resulte uma maior articulação entre as entidades que tutelam o sistema. Foram feitas 5 reuniões de trabalho desde 26 de Março de 2008, pelo Grupo de Acompanhamento, que integra como parceiros o INR, IP; ISS, IP; IEFP, IP; DGS e DGIDC, contando com a colaboração do II, IP.

As verbas disponibilizadas para o sistema supletivo de ajudas técnicas, no período de 2005 a 2009 distribuem-se do seguinte modo:

Quadro nº 28

Sistema Supletivo de Ajudas Técnicas - Verbas Disponibilizadas

ANO	MTSS			MS	TOTAL
	IEFP	ISS	Sub-Total		
2005	1.616.107,50 €	3.663.177,00 €	5.279.284,50 €	3.339.955,50 €	8.619.240,00 €
2006	2.000.000,00 €	3.736.441,00 €	5.736.441,00 €	6.000.000,00 €	11.736.441,00 €
2007	2.553.960,00 €	3.822.379,00 €	6.376.339,00 €	6.000.000,00 €	12.376.339,00 €
2008	2.500.000,00 €	4.000.000,00 €	6.500.000,00 €	6.000.000,00 €	12.500.000,00 €

69. Aplicação do novo modelo de financiamento, prescrição e atribuição de ajudas técnicas.

Responsáveis: MTSS; ME; MS

Prazo de Execução: 2008

Indicador: publicação do diploma

Medida não implementada.

2.3.1.3. Linha de Acção nº 3.1.3.

“ **Reforço da qualidade e capacidade da rede de equipamentos sociais para pessoas com deficiência, priorizando modalidades de apoio que promovam a sua permanência em meio natural de vida**”

Medidas de Prevenção

70. Regulamentação do funcionamento dos centros de actividade ocupacionais (CAO).

Responsáveis: MTSS / DGSS

Parcerias: ISS, I.P.; INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006

Indicador: publicação do diploma.

Publicação da Portaria 432/2006, de 3 de Maio, a qual veio regulamentar o exercício das actividades socialmente úteis, a que se refere o Decreto-lei nº 18/89, de 11 de Janeiro, bem como as condições de atribuição aos utentes dos centros de actividades ocupacionais das compensações monetárias referidas no artigo 10º do citado decreto – lei.

71. Regulamentação do funcionamento dos lares residenciais e residências autónomas.

Responsáveis: MTSS / DGSS

Parcerias: ISS, I.P.; INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006

Indicador: publicação do diploma.

Despacho Normativo nº 28/2006, de 3 de Maio – Regulamento de Organização, Instalação e Funcionamento das Estruturas Residenciais para Pessoas com Deficiência

72. Regulamentação do Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro, sobre actividades ocupacionais, de forma a compatibilizar o regime por ele consagrado, com a transição para a vida activa dos jovens com graves deficiências e ou incapacidades e reconhecendo as tarefas de utilidade social.

Responsáveis: MTSS / DGSS

Parcerias: ISS, I.P.; INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006

Indicador: publicação do diploma.

Publicação da Portaria 432/2006, de 3 de Maio, a qual veio regulamentar o exercício das actividades socialmente úteis, a que se refere o Decreto-lei nº 18/89, de 11 de Janeiro, bem como as condições de atribuição aos utentes dos centros de actividades ocupacionais das compensações monetárias referidas no artigo 10º do citado decreto – lei.

Medidas de Reparação**73. Implementação faseada de 20 residências autónomas, estabelecendo a sua prioridade em função das necessidades detectadas.**

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de aprovações de projectos de construção de residências autónomas

Até à data foram aprovados 44 projectos de construção de residências autónomas.

74. Aumento, em 15 %, da capacidade dos lares residenciais para pessoas com deficiência.

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de lugares em lares residenciais com base no número de lugares residenciais de 2004 apresentados pela Carta Social.

Na carta social 2007 estavam referenciados 4422 lugares em lar residencial, contra os 3 763 referenciados em 2004, o que representa um aumento de **17,5 %**.

75. Aumento, em 30 %, da capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) a pessoas com deficiências e ou incapacidades, tendo em vista o incremento e a qualificação da resposta, como forma de desincentivar a institucionalização.

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de lugares em serviço de apoio domiciliário com base no número de lugares em serviço de apoio domiciliário em 2004 apresentados pela Carta Social.

Na carta social 2007 estavam referenciados 737 lugares em SAD, contra os 607 referenciados em 2004, o que representa um aumento de **21%**.

76. Aumento, em 10 %, da capacidade dos centros de actividade ocupacional para pessoas com deficiência.

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de lugares em CAO com base no número de lugares em CAO de 2004 apresentados pela Carta Social.

Na carta social 2007 estavam referenciados 11 226 lugares em centro de actividades ocupacionais, contra os 10287 referenciados em 2004, o que representa um aumento de **9,1%**.

Instrumentos

77. Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Responsáveis: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2007

Indicador: número de respostas criadas para as pessoas com deficiências e ou incapacidades.

O quadro seguinte representa as respostas criadas para as pessoas com deficiências e ou incapacidades em 2007, ano em que a Medida ficou concluída.

Quadro nº 29

Novos lugares relativos aos projectos PARES I e PARES II e outros em execução

Respostas Sociais	Lugares em Execução Anteriores e durante o PARES	1. ^a Fase PARES	2. ^a Fase PARES	Total	Meta Alcançada face à Capacidade Instalada em 2004	Diferença Meta Alcançada e Prevista
Centro de Actividades Ocupacionais	502	192	0	694	6,85%	-3,15%
Lar Residencial + Residências Autónomas	262	198	607	1 067	28,49%	+ 10,99%
Serviço de Apoio Domiciliário	0	80	170	250	41,19%	+ 11,19%
TOTAL	764	470	777	2 011		

2.3.1.4. Linha de Acção nº 3.1.4.

“ Promover, como complemento do sistema de protecção social, a conciliação de medidas de diferenciação positiva no âmbito das políticas da Administração Pública”

Medidas de Prevenção

78. Adaptação da Tabela Nacional de Incapacidades em conformidade com a CIF/OMS, bem como definição de um sistema de avaliação uniformizado e coerente do estatuto funcional da pessoa e suas incapacidades e limitações.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parceiros: ME; MS; MF

Prazo de Execução: Proposta 2009

Indicador: adaptação da Tabela Nacional de Incapacidades à CIF da OMS

Foram remetidas às diversas entidades (ISS, IP e Gabinete da SEAR) ofícios no sentido de a comissões de revisão das Tabelas constituídas referidas no Decreto-Lei nº 352/2007, de 23 de Outubro procederem à marcação de uma reunião a fim de se proceder à “sua periódica revisão e actualização no sentido de nos aproximarmos, gradualmente, de uma tabela cada vez mais abrangente do ponto de vista da avaliação da pessoa segundo os parâmetros da Classificação Internacional da Funcionalidade da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde e de acordo com a vontade do governo manifesta no Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade”, nos termos estipulados no mesmo diploma.

Medidas de Reparação

79. Dar continuidade, numa base alargada, à revisão dos sistemas de seguros no que respeita às pessoas com deficiências e ou incapacidades, envolvendo os agentes económicos do sector.

Responsáveis: MTSS / INR, IP

Parceiros: MFAP

Prazo de Execução: 2007-2008

Indicador: publicação de diploma incluindo cláusulas que respeitam os direitos das pessoas com deficiências e ou incapacidades.

O Regime Jurídico do Contrato de Seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, e que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009, proíbe as práticas discriminatórias em razão da deficiência. Face à recusa de celebração de contrato ou o agravamento do prémio em razão da deficiência o proponente pode solicitar a emissão de parecer por uma comissão tripartida composta pelo INR, I.P., o segurador e o Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

80. Realizar uma avaliação do Decreto-Lei n.º 103-A/90, de 22 de Março, referente à isenção de imposto sobre veículos (ISV).

Responsáveis: MF

Parceiros: - MTSS; INR, I.P.

Prazo de Execução: 2007

Indicador: publicação de diploma

A Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Julho procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação, abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem. Esta Lei engloba a revisão do Decreto-Lei n.º 103-A/90, de 22 de Março, referente à isenção do imposto automóvel.

A nova lei que revogou o Decreto-Lei n.º 103-A/90 veio redesenhar um novo regime jurídico de isenção do imposto para os cidadãos com deficiência que, em termos globais, representou uma melhoria muito significativa no acesso e gozo desta facilidade fiscal. Os artigos 54.º a 57.º do CISV regulam de forma muito precisa esta isenção. As alterações em que há uma clara valorização do conteúdo da isenção com benefício directo para os cidadãos com deficiências ou Incapacidade.

81. Financiamento de obras de adaptação de fogos ou de partes comuns de edifícios habitacionais para eliminação de barreiras arquitectónicas, até ao limite de € 3000 por fogo. Nível de abrangência: 500 fogos por ano.

Responsáveis: MAOTDR / IHRU, I.P.

Prazo de Execução: 2007- 2009

Indicador: número de fogos abrangidos por ano.

Medida não implementada.

82. Acréscimo de 10 % da taxa de comparticipação nas obras de reabilitação para efeitos de acessibilidades das pessoas com deficiências e ou incapacidades, apoiadas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. Nível de abrangência: 250 fogos por ano

Responsáveis: MAOTDR / IHRU, I.P.

Prazo de Execução: 2007- 2009

Indicador: número de fogos abrangidos por ano.

Medida não implementada.

2.3.2. Estratégia nº 3.2. - “Imprimir melhor qualidade e mais inovação no sistema de reabilitação”

Medidas de Reparação

83. Aprovação da Lei-quadro das Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD).

Responsáveis: MTSS / SEAR

Prazo de Execução: 2009

Indicador: publicação do diploma

Medida não implementada

84. Desenvolvimento de um programa de consultoria para apoio à gestão das organizações não governamentais (ONG), reforçando a qualidade dos serviços prestados.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: programa e número de ONG envolvidas

Em 2008 foi elaborado um modelo de programa de consultoria para apoio à gestão das organizações não governamentais (ONG), reforçando a qualidade dos serviços prestados, o qual, em 2009 será submetido à consulta das ONG com vista à sua implementação.

3. CAPÍTULO II

CONDIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO

3.1. Linha de Acção nº 2.1.

“ Promover uma mudança qualitativa no actual sistema de informação e investigação sobre deficiência e as suas problemáticas sociais”

Medidas de Prevenção

85. Definição de um conjunto de Indicadores que tenham em conta a necessidade da desagregação por sexo sobre deficiências e ou incapacidades de acordo com os parâmetros internacionais e sua adopção transversal e intersectorial.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: PCM / INE

Prazo de Execução: 2008-2009

Indicador: criação de um grupo de trabalho multidisciplinar e adopção dos Indicadores

Foram feitos já contactos com o INE para prossecução deste objectivo, tendo sido apresentada uma lista preliminar elaborada no INR. De igual modo foi apreciada pelo Grupo de Trabalho para as Estatísticas da Deficiência e da Reabilitação.

No entanto, esta é uma matéria que requer um estudo mais aprofundado a nível nacional e que deverá, ainda, tomar como referência os trabalhos sobre o desenvolvimento de Indicadores para a coesão social e especificamente na área da deficiência/incapacidade, que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do Conselho da Europa.

O INR, I.P: apresentou uma candidatura ao QREN/POPH relativa à realização de um estudo sobre definição de Indicadores para a “Avaliação da Eficácia e Eficiência das Políticas para a Deficiência”. Esta acção deverá estar concluída até 31 de Julho de 2010 e deverá ser prosseguida através de um estudo especializado que contribuirá para a definição de Indicadores sociais para a deficiência/incapacidade a utilizar no nosso país. A Candidatura foi aceite. Em 2009 será concluído o procedimento público relativo à realização do estudo.

86. Desenvolvimento da acção do grupo de trabalho interdepartamental para as estatísticas da deficiência e reabilitação, por deliberação do Conselho Superior de Estatística, no acompanhamento da implementação da CIF.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: PCM / INE; MS/DGS

Prazo de Execução: 2006-2008.

Indicador: Implementação da CIF no âmbito das Estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P.)

Conclusão e entrega do relatório correspondente à alínea c) do mandato do Grupo de Trabalho para as Estatísticas da Deficiência e da Reabilitação, em cumprimento da 16ª Decisão da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente/Conselho Superior de Estatística. Esta alínea, de que se elaborou um primeiro relatório em tempo, visa a análise e proposta de revisão dos conceitos estatísticos da área temática da Deficiência e Reabilitação.

Por deliberação (3ª/2008) da Secção Permanente de Coordenação Estatística, foram aprovados os “*Conceitos para Fins Estatísticos da área temática “Deficiência e Reabilitação”, sem prejuízo da introdução de eventuais alterações decorrentes da análise final global com vista à harmonização, integração e exaustividade dos conceitos definidos*”, encontrando-se a mesma publicada no D.R. nº 7, 2ª série, 12 de Janeiro (Deliberação n.º 45/2009). Os referidos conceitos foram contextualizados no âmbito da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Medidas de Reparação

87. Promover a criação e consolidação de um sistema integrado de informação estatística nos vários sectores da Administração Pública, para uniformização e comparabilidade dos dados recolhidos.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: PCM / INE; MS / DGS

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: sistema integrado de informação estatística.

Medida não implementada

No ano de 2008, foram desenvolvidas algumas acções no âmbito da medida 85 e, sobretudo, da medida 86, que são condições prévias para a efectivação desta medida.

88. Publicação e divulgação de trabalhos científicos que tragam contributos imprescindíveis para a qualificação das respostas no sistema de integração das pessoas com deficiências e ou incapacidades

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de publicações.

Publicações em 2006:

“A Personalidade da Mãe Prematura” de Teresa Botelho; **“Escola para Todos”** de Francisco Carvalho; **“Acessibilidade para Pessoas com Mobilidade Condicionada em Edifícios e Habitações”** de Carla Cachadinha; **“Contributos para uma Política de Reabilitação das Pessoas com Deficiência”** – INR, I.P; **“As Regras e as Práticas - Factores Organizacionais e Transformações na Política de Reabilitação Profissional das Pessoas com Deficiência”** de Carlos Veloso Botelho(2005/2006)

Publicações em 2007:

“A Reintegração Socioprofissional das Pessoas com Deficiências Adquiridas por Acidentes de Trabalho” de Rui Aragão Oliveira; **“O Anuncio da Deficiência da Criança e suas Implicações Familiares e Psicológicas”** de Joaquim Gronita.

Publicações em 2008:

“Programa de treino de competências pessoais e sociais”, já editado; **“O anúncio da deficiência da criança e suas implicações familiares e psicológicas”**, já editado; **“A reintegração socioprofissional das pessoas com deficiências adquiridas por acidentes de trabalho”** em fase de concurso; **“Estudos sobre intervenção precoce em Portugal: ideias dos especialistas, dos profissionais e das famílias”**, efectuada proposta de

abertura de concurso; “**A criança surda e o desenvolvimento da literacia**”, aguarda-se entrega do trabalho em suporte digital.

89. Lançamento de uma publicação regular, com vista a difundir temas e conteúdos de natureza científica, estudos e boas práticas, no âmbito da participação das pessoas com deficiências e ou incapacidades.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2008

Indicador: lançamento da publicação

Foi lançada uma “e-news” quadrimestral, em substituição de uma eventual revista que estaria subjacente à criação desta medida.

Neste contexto, publicaram-se:

- Maio de 2008 – e-news 01
- Setembro de 2008 – e-news 02
- (Janeiro de 2009 – e-news 03)

90. Dinamização de uma rede nacional de profissionais e centros de engenharia de reabilitação e acessibilidade.

Responsáveis; MCTES / DGES

Parceria: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2007-2008

Medida não implementada.

Instrumentos

91. Dinamização do Centro de Investigação e Formação Maria Cândida da Cunha do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (INR, I. P.).

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: concretização das actividades

Foi apresentada uma candidatura ao QREN/POPH relativa á realização um estudo sobre a criação de um centro de formação em áreas inovadoras na delegação da Malvazia, a dinamizar por parcerias de entidades públicas com organizações da sociedade civil. Este projecto tem como pressupostos demonstrar a sustentabilidade financeira, a originalidade, a utilidade social, a empregabilidade e a qualidade certificada. O projecto foi aprovado e o estudo está em fase de elaboração e estará concluído no primeiro semestre de 2009.

92. Criação de um conselho científico para a deficiência (CCD).

Responsáveis: MTSS / SEAR

Prazo de Execução: 2008

Indicador: criação do CCD

Medida não implementada.

93. Atribuição do Prémio de Mérito Científico Maria Cândida da Cunha, em articulação com o Prémio Engenheiro Jaime Filipe.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parceiros: MTSS / ISS, I.P.

Prazo de Execução: 2007-2009

Indicador: atribuição do prémio

No ano de 2008 procedeu-se a uma reunião com vista à articulação dos dois prémios.

Encontra-se em fase de elaboração a reformulação do Regulamento do Prémio de Mérito Científico Maria Cândida da Cunha, por forma abranger outros públicos.

O Prémio Engenheiro Jaime Filipe, promovido pelo ISS, IP, embora tenha tido duas fases de candidatura, na primeira fase não houve candidaturas, encontrando-se a decorrer a segunda fase de análise de candidaturas.

94. Revisão e renovação do protocolo existente entre o INR, I. P., e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia para apoio a projectos de investigação na área da reabilitação.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Parcerias: MCTES / FCT

Prazo de Execução: 2008

Indicador: Celebração de novo Protocolo

Foram estabelecidos contactos preparatórios com a FCT com vista à realização de uma reunião para implementação de um novo protocolo.

3.2. Linha de Acção nº 2.2.

“ Intercâmbio de experiências e estreitamento de relações de cooperação entre Portugal e as organizações comunitárias, europeias e internacionais”

Instrumentos

95. Participação na negociação da Convenção Internacional para a Promoção e Protecção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2007.

Indicador: assinatura da convenção.

- Finalização das negociações em Agosto de 2006
- Aprovação do texto final pela Assembleia-Geral em Dezembro de 2007
- Assinatura da Convenção a 30 de Março 2007
- Tradução da Convenção em 2007

A 13 de Dezembro de 2006, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo texto foi o resultado de 5 anos de reuniões do Comité Ad-hoc, constituído para esse fim.

A 30 de Março, a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Portugal assinou na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, a Convenção e o respectivo Protocolo Opcional.

O INR, I.P. finalizou a tradução em Português da Convenção e do Protocolo Opcional, os quais serão submetidos pelo MNE à Assembleia da República para ratificação.

O INR, I.P., e as ONGPD têm procedido à divulgação de Convenção nas conferências e sessões de trabalho.

A Convenção foi aprovada em Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 2008, tendo sido remetida para a Assembleia da República para processo legislativo de ratificação.

96. Acompanhamento e monitorização do Plano de Acção para a Deficiência, do Conselho da Europa, 2006-2015.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: relatórios de acompanhamento

Participação na 1ª reunião do Bureau

Portugal foi um dos 5 membros que participou na reunião do Bureau do CAHPAH. O objectivo desta reunião consistiu em preparar a 2ª reunião do Fórum, que se realizou em Abril de 2008.

Participação na 2ª Reunião do Fórum Europeu de Coordenação (CAHPAH):

A 2ª reunião baseou-se na troca de informações entre os diversos Estados-membros sobre a evolução e/ou situação actual das políticas e medidas a favor das pessoas com deficiência, ao nível nacional.

Importa referir a nomeação da representante de Portugal como representante do CAHPAH para as questões das Crianças, Família e para os assuntos relativos à Educação.

Divulgação do Plano de Acção em vários Fóruns (nacionais e internacionais)

Está em fase de publicação a versão do Plano de Acção em Linguagem Fácil.

Foi elaborado e enviado para o Secretariado do Conselho da Europa o **Relatório** sobre o desenvolvimento das políticas na área da deficiência em Portugal.

97. Participação nas actividades do Grupo de Alto Nível para as Questões da Deficiência da Comissão Europeia.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de actividades desenvolvidas.

Participação em 3 reuniões

- Elaboração de notas e informações para o Estudo sobre os desafios e boas práticas na implementação da Convenção, encomendado pela Comissão Europeia
- Elaboração de notas e informações para o Estudo sobre a situação das mulheres com deficiência na U.E. à luz da nova Convenção das NU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, encomendado pela Comissão Europeia.
- Envio de sugestões e propostas de oradores nacionais para fazerem parte do Dia Europeu da Deficiência 2008, a realizar a 1 e 2 de Dezembro
- Emprego Apoiado - discussão do Documento da Comissão e envio de propostas para enriquecimento do questionário já enviado aos Estados Membros.
- Cartão Europeu de Estacionamento – envio da informação sobre a situação em Portugal
- Proposta de Directiva do Conselho que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação profissional: O INR, I.P. tem participado na negociação da Directiva.

98. Estabelecimento de redes de parceria e de intercâmbio das entidades de investigação de âmbito nacional e internacional.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: projectos de cooperação.

- Reactivação da participação nacional na RIICOTEC

Cada país mediante comunicação das autoridades competentes à Secretaria Executiva da RIICOTEC, designa dois delegados para o Plenário, um por cada sector de actuação, pessoas idosas e com deficiência, que terão a representação.

A representação recairá no organismo governamental encarregue de formular as políticas sectoriais e coordenar a sua execução. Neste contexto, e mediante os esforços desenvolvidos a partir do Protocolo Luso-Espanhol, foram nomeados para integrar a RIICOTEC, por parte de Portugal, o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P (INR, I.P.) e o Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.)

Em 2007, realizou-se em Valência (Espanha) a IX Conferência da RIICOTEC onde Portugal integrou novamente os trabalhos como membro da Rede. O INR, I.P., como representante da área da deficiência, por Portugal, procedeu à apresentação das informações do país com relação à situação actual e avanços em matéria de programas, políticas e legislação a favor das pessoas com deficiência.

A pedido da Secretaria Executiva, foram ainda traduzidos no INR, I.P., os Estatutos da RIICOTEC em Português.

- Execução das actividades previstas no Protocolo Luso-Espanhol

Neste âmbito foram realizadas reuniões (uma em 12 de Dezembro de 2006 e outra em 13 de Setembro de 2007) entre os representantes de Portugal e Espanha no sentido de executar as cláusulas inscritas no Protocolo para 2007, nomeadamente:

- Elaboração do Documento sobre “Compilação de políticas relacionadas com as pessoas com deficiência”: O documento está concluído. Aguardam-se os comentários por parte de Espanha para divulgação do documento.
- Colaborar na divulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas: Por se encontrar em fase de ratificação em ambos os países optou-se por não realizar ainda um evento de divulgação em conjunto. No entanto, aquando a organização da IX Conferência da RIICOTEC ficou acordado entre os dois países em dedicar um painel à Convenção.

99. Articulação com a Rede Europeia de Desenho para Todos e Acessibilidade Electrónica [European Design for All e-Accessibility Network (EDeAN)], criada na sequência do plano de acção e-Europe 2002, elaborado pelo Conselho e pela Comissão Europeia.

Responsáveis: MTSS / INR, I.P.

Prazo de Execução: 2006-2009

Indicador: número de actividades desenvolvidas.

Cumpridos os principais objectivos, consubstanciados em duas reuniões internacionais, a primeira em Vesperén, na Hungria, em Março, e a segunda em Madrid, em Outubro. Nestas reuniões fez-se o ponto de situação sobre as redes nacionais, mas, fundamentalmente apreciou-se o trabalho desenvolvido no âmbito do Projecto DfAeInclusion em que todos os membros da rede, em maior ou menor grau, participam. Este Projecto decorrerá até 2009 e serão promovidos vários documentos sobre temas diversos. Neste momento alguns estão já concluídos, mas julga-se mais correcto proceder à tradução e eventual publicação no final dos estudos, quando os documentos obtiverem também a oficialização por parte da Comissão.

A nível nacional realizou-se uma reunião da rede nacional, em Maio, onde mais uma vez se analisaram as condições de funcionamento, as expectativas e se ponderou quanto à construção de uma plataforma em que seja possível um maior desenvolvimento.

Durante o ano foram várias as notícias sobre actividades desenvolvidas no nosso País enviadas para as newsletters da rede, devendo assinalar-se também alguma participação nos documentos em elaboração nos diversos grupos de trabalho constituídos no âmbito do Projecto DfAeInclusion.